



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA
OUVIDORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO/DEPEN

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PENAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO ^{1 2 3} E DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PERÍODO: 27 e 28 de novembro de 2012

CNPCP: Conselheiro PEDRO SÉRGIO DOS SANTOS, Conselheiro LUÍS GERALDO LANFREDI, Conselheiro VITORE ZÍLIO MAXIMIANO, Analista RAFAEL DE SOUSA COSTA e Analista JEFFERSON ALVES LOPES

Ouidoria do Sistema Penitenciário/DEPEN: Sociólogo NAUM PEREIRA DE SOUSA

Secretaria de Direitos Humanos: ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOREIRA (Coordenadora Geral de Combate à Tortura) e BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA (Diretor do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos), DEISE BENEDITO (Diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos)

Peticionários: WILMAR VARJÃO GAMA (Pastoral Carcerária/PE) e WILMA WLADOMIRO CARVALHO DE MELO (Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões/SEMPRI) e representante da Justiça Global

¹ Com base no Modelo de Relatório Padrão aprovado no âmbito do **Acordo de Cooperação Nº 17/2011 - Melhoria do Sistema Penitenciário**, para uso do Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

² Considerando que a Vara de Execução Penal (VEP), o Ministério Público (MP) e o Conselho da Comunidade (CC) têm determinação legal de visita mensal aos estabelecimentos penais, foram classificados os capítulos conforme a necessidade de inspeção ponderando os aspectos cíclicos e perenes. O Conselho Penitenciário, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Defensoria Pública e Ouvidoria do Sistema Penitenciário que realizam inspeções anuais deverão preencher todos os itens.

³ No que tange à inspeção anual da VEP, MP e CC, sugere-se que seja convencionado o mês de março e que a inspeção semestral seja no mês de setembro. Importante mencionar que esses órgãos devem registrar nas inspeções mensais alterações observadas em aspectos que são semestrais ou anuais, mas que no mês corrente excepcionalmente sofreram mudanças.

SUMÁRIO:

Item	Página
1. Introdução	3
2. Presídio Frei Damião de Bozzano – PFDB	4
3. Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros – PJALLB	21
4. Audiência Pública	38
5. Considerações e recomendações	47
6. Registro Fotográfico	55

1. Introdução

O presente relatório discorre sobre a visita de inspeção conjunta realizada em duas unidades do Complexo do Curado (antigo Presídio Professor Aníbal Bruno – PPAB), situadas na cidade de Recife (PE). Também apresenta um relato da Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa para tratar do sistema prisional do Estado de Pernambuco. Há, ainda, recomendações a serem adotadas visando a garantia dos direitos humanos e o aprimoramento do sistema penal no estado de Pernambuco, tendo como parâmetro as normas de execução penal vigentes, os programas adotados pelo DEPEN, a política criminal e penitenciária recomendada pelo CNPCP e as diretrizes estabelecidas pelo CNJ.

A inspeção ocorreu no dia 27 de novembro de 2012 na cidade de Recife, e a Audiência Pública, no dia 28/11, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Ressalta-se que os peticionários participaram apenas da inspeção realizada no Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros – PJALLB. O conselheiro Vitore Zílio Maximiano e a Diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos, Deise Benedito, só participaram da Audiência Pública. Já o conselheiro Luís Geraldo Lanfredi, o analista Rafael de Sousa Costa e a Coordenadora Geral de Combate à Tortura Ana Paula Diniz de Mello Moreira só participaram da visita de inspeção.

As visitas foram realizadas com o conhecimento prévio das autoridades públicas locais, com o acompanhamento de funcionários da Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES), pelo Secretário da SERES, Cel. Romero Ribeiro, da direção das unidades inspecionadas e por agentes de segurança penitenciária.

De acordo com o Sistema de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional, no mês de junho de 2012 o estado de Pernambuco possuía 27.193 pessoas presas, sendo 16.504 provisórios. No entanto, só há 11.666 vagas. Portanto, há um déficit de 15.527 vagas. A seguir são apresentados alguns dados sobre a estrutura organizacional do sistema prisional do estado de Pernambuco:

1 – Estrutura Organizacional		ANUAL
1.1 Esfera	<input checked="" type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
1.2 Secretaria da pasta	<input checked="" type="checkbox"/> Própria (<u>Secretaria Executiva de Ressocialização</u>) <input type="checkbox"/> Subsecretaria <input type="checkbox"/> Diretoria/Departamento <input type="checkbox"/> Superintendência <input type="checkbox"/> Instituto / Agência <input type="checkbox"/> Outro:	
1.3 Unidade do MP / Defensoria:		
1.4 Tribunal:	TJ/PE	
1.5 Grau de Jurisdição:	1º	
1.6 Comarca:	Recife	
1.7 Há Escola Penitenciária?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	
1.8 Há Ouvidoria Estadual do Sistema Prisional?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	
1.9 Há Corregedoria Estadual do Sistema Prisional?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	
1.10 Há Plano de Carreira?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Todos servidores penitenciários <input checked="" type="checkbox"/> Agentes Penitenciários <input type="checkbox"/> Outro:	

1.11 Há Plano Estadual de Educação do Sistema Penitenciário?	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim (segundo as diretrizes do MEC)
--	------------------------------	--

2. Presídio Frei Damião de Bozzano – PFDB

A equipe foi recebida na entrada do Presídio Frei Damião de Bozzano por: Sr. Romero José de Melo Ribeiro, Secretário Executivo de Ressocialização (SERES); Sr. Henrique Douglas Silva Gomes, Diretor do Presídio Juiz Antonio Luiz Lins de Barros – PJALLB; Artur Henrique de Oliveira, Diretor do Presídio ASP Marcelo Francisco de Araújo – PAMFA; Ricardo Luiz Pereira, Diretor do Presídio Frei Damião de Bozzano – PFDB; Marcelo Aragão, Gerente de Comunicação da SERES; Edson Lima, Gerente de Operações de Segurança; José Jopson Albuquerque da Silva, Consultor Executivo de Projetos Institucional; Agentes de segurança penitenciária; e equipe técnico-administrativa do Complexo do Curado.

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Presídio Frei Damião de Bozzano (PFDB)	
2.2 Apelido da unidade:	Unidade III – Complexo do Curado (antigo Aníbal Bruno)	
2.2.1 Endereço:	Rua Orfeu do Carnaval, s/n, Sancho, CEP: 50920-690	
2.2.2 Cidade/UF:	Recife-PE	
2.3	<input type="checkbox"/> Penitenciária <input checked="" type="checkbox"/> Cadeia Pública / Presídio <input type="checkbox"/> Colônias agrícolas, industriais ou similares <input type="checkbox"/> Centro de Observação Criminológica <input type="checkbox"/> Hospital de Custódia <input type="checkbox"/> Casa de Albergado	
2.4	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	

3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	<input checked="" type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe técnica e administrativa <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe de segurança <input type="checkbox"/> Método APAC	
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Ricardo Luiz Pereira	
3.3 Cargo:	Diretor	
3.4 Formação Profissional	<input type="checkbox"/> Direito <input type="checkbox"/> Ciências Sociais <input type="checkbox"/> Psicologia <input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Serviço Social <input type="checkbox"/> Outra:	
3.5 Responsável pela segurança:		
3.6 Cargo:		
3.7 Formação Profissional:		
3.8 Quantidade de computadores:	<input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 6 <input type="checkbox"/> 7 a 9 <input type="checkbox"/> 10 a 12 <input type="checkbox"/> 13 a 15 <input type="checkbox"/> > 15	
3.9 Acesso à Internet	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
3.10 Alimenta o INFOPEN	<input type="checkbox"/> Integralmente <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não alimenta <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Outro:	
3.11 Regulamento interno da	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	
3.12 Regulamento disciplinar penitenciário	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	

unidade/Estado	da unidade/Estado
----------------	-------------------

4 – Características do Estabelecimento	SEMESTRAL
---	------------------

4.1 Capacidade total:		
4.1.2 Lotação total:		
4.2 Capacidade Mulheres:	4.3 Capacidade homens:	4.4 Capacidade GLBTT:
4.2.1 Lotação Mulheres:	4.3.1 Lotação homens:	4.4.1 Lotação GLBTT:
<input type="checkbox"/> Condenada	<input type="checkbox"/> Provisória	<input type="checkbox"/> Condenado
<input type="checkbox"/> Provisória/o	<input type="checkbox"/> Provisório	<input type="checkbox"/> Condenada/o
<input type="checkbox"/> Provisória/o		<input type="checkbox"/> não
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?		<input type="checkbox"/> sim
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?		<input type="checkbox"/> não
4.7 Há alas separadas para idosos?		<input type="checkbox"/> sim
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?		<input type="checkbox"/> não
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?		<input type="checkbox"/> sim
4.10 Há alas separadas para GLBTT?		<input type="checkbox"/> não
4.11 Há local especial para cumprimento de seguuro/custódia diferenciada?		<input type="checkbox"/> sim
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?		<input type="checkbox"/> não
4.13 Há celas metálicas?		<input type="checkbox"/> não

4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento penal ⁴	Estabelecimento penal						
	Penitenciaría	Colônia ⁶	Cadeia pública ⁷	COC ⁸	Casa do Albergado	HCTP ⁹	
Assinale na tabela:	Módulos⁵						
Ausência (A)	Guarda Externa						
Inconforme (I)	Agente Penitenciário / Monitor						
Conforme (C)	Administração						
Observações:	Recepção/Revista						
	Centro observação / triagem / Inclusão						
	Tratamento Penal						
	Vivência coletiva						
	Vivência individual						
	Serviços						
	Saúde						
	Tratamento para dependentes químicos						
	Oficina de trabalho						
	Educativo						
Polivalente							
Creche							
Berçário							
Visita íntima							
Esportes							

4.15 Número de celas	Homens:	Mulheres:
----------------------	---------	-----------

⁴ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁵ Legenda:  Existência obrigatória  Existência facultativa  Não é necessário

⁶ Colônia agrícola, industrial ou similar.

⁷ Presídio ou estabelecimento congênere.

⁸ Centro de observação criminológica.

⁹ Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.

individuais 4.15.1 Lotação celas individuais	Homens:	Mulheres:
4.15.2 Dimensão	_____ m X _____ m	_____ m X _____ m
4.16 Número de celas coletivas	Homens:	Mulheres:
4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens:	Mulheres:
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens:	Mulheres:
4.16.3 Dimensão	_____ m X _____ m	_____ m X _____ m
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	<input type="checkbox"/> 1 a 3% <input type="checkbox"/> 3 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input type="checkbox"/> > 10%	
4.18 Ventilação cruzada geral	<input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.19 Ventilação cruzada nas celas	<input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.20 Iluminação natural nas celas	<input type="checkbox"/> inexistente <input type="checkbox"/> existente	
4.21 Incidência de sol nas celas	<input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.22 Programa de combate a incêndio	<input type="checkbox"/> inexistente <input type="checkbox"/> existente	
4.23 Extintores de incêndio	<input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> sem condições de uso <input type="checkbox"/> em condições de uso	
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quais: _____	

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL
5.1 Há pessoas com deficiência?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: _____
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: _____
5.3 Há indígenas presos?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: _____
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
5.5 Há estrangeiros presos?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: _____
5.6 Há adolescentes internados no local?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: _____
5.7 Os adolescentes estão separados dos adultos?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
5.8 Providências adotadas em relação à separação imediata e retirada do(s) adolescente(s):	_____	
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: _____
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: _____
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: _____
5.12 Há pessoas presas com HIV?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 7

	<input type="checkbox"/> não	
5.13 Há pessoas presas com Hepatite?	<input type="checkbox"/> sim	Quantidade:
	<input type="checkbox"/> não	
5.14 Há pessoas presas com Tuberculose?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 29
	<input type="checkbox"/> não	
5.15 Há pessoas presas com Hanseníase?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 2
	<input type="checkbox"/> não	
5.16 Há pessoas presas em RDD?	<input type="checkbox"/> sim	Quantidade:
	<input type="checkbox"/> não	

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento SEMESTRAL

7.1 Total de RH na área de segurança:	56
7.2 Total de RH na área administrativa:	±17
7.3 Total de RH na área técnica:	29
7.4 Total Geral:	102
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 3 <input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Outra forma de contratação: <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária Obs.: 3 x semana: 2 para análise e um para atendimento.
7.6 Auxiliares de Enfermagem	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 4 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.7 Assistentes Sociais	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 7 <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.8 Dentistas	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 1 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.9 Enfermeiros	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 2 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.10 Médicos – Clínico Geral	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 1 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.11 Médicos – Psiquiatras	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 1 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.13 Pedagogos	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> Secretaria de Educação <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.14 Psicólogos	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 6 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.15 Terapeutas Ocupacionais	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.16 Outros: Educação Física, Fisioterapeuta, Nutricionista e Farmacêutico.	Quantidade: 1 (para cada especialidade) <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.17 Agentes Prisionais	<input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 4 mulheres e 64 homens <input type="checkbox"/> não
7.18 Escala de trabalho:	24 x 72

7.19 Há utilização de uniforme?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Com identificação pessoal: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? <input checked="" type="checkbox"/> Curso de Formação <input type="checkbox"/> Cursos Especiais Entidade Executora: CERES.	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária	

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.2 Há distribuição de uniformes?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.3 Há distribuição de calçados?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.5 Há distribuição de toalhas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:		
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário		
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.19 Número de pessoas por chuveiro		
8.20 É garantido o banho diário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.21 A água é aquecida?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.22 É fornecida água potável?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.23 A água é racionada?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?		
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	<input checked="" type="checkbox"/> hidráulico <input checked="" type="checkbox"/> elétrica <input checked="" type="checkbox"/> edificação <input type="checkbox"/> outros:	

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?	400 g	
9.5 N.º de refeições diárias: 3	9.6 Horários das refeições: 6h/ 10h30min/ 17h30min.	9.7 Onde as refeições são realizadas? <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> refeitório <input type="checkbox"/> outro:
9.8 Há controle de qualidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Qual:
9.9 Descrever o controle:	Realizado pela nutricionista da unidade por meio de um cardápio geral.	
9.10 As refeições são	<input checked="" type="checkbox"/> padronizadas <input type="checkbox"/> adaptadas por motivos de: <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> religiosos <input type="checkbox"/> outros Obs.: a unidade está implementando um cardápio orientado para hipertensos e diabéticos.	
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Obs.: A alimentação e a água são fornecidas no Fórum.
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	<input checked="" type="checkbox"/> família <input type="checkbox"/> compra <input type="checkbox"/> outro:	

10 – Rotina padrão		SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela: <u>variado, pois a cela fica aberta e só fecham o portão do pavilhão.</u>		
10.2 Tempo de pátio de sol: 2h a 4h Frequência: rodízio de 4 dias.	10.3 Tempo de visita: 8h às 16h Frequência: 2 x por semana	
10.4 Tempo de atividades educacionais: 3h30min (são 3 turmas). Frequência: segunda a sexta	10.5 Tempo de atividades laborais: 3h Frequência: segunda a sexta	
10.6 Tempo de atividades religiosas: 2h Frequência: diária	10.7 Tempo de visita íntima: 8h-16h Frequência: 2 x por semana (quarta e domingo). Obs.: no sábado, a visita entra às 8h e só sai no domingo, às 16h.	
10.8 Tempo de atividades esportivas: 3h Frequência: 4 dias na semana		
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	

11 – Assistência à Saúde	SEMESTRAL	
11.1 Está integrado ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.3 Há distribuição de preservativos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: mensal <input type="checkbox"/> não Obs.: são distribuídos ± 3.600 preservativos (a demanda é espontânea).	
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas? DPP, hepatite, BCG	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infecto-contagiosas?	Programa de higienização, vacina, trabalhos educativos.	
11.12 Há ambulância na unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal¹⁰

Assinale na tabela:
Ausência (A)
Inconforme (I)
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO ¹¹	Proporção	Estabelecimentos Penais				
		P ¹²	CP	COL	COC	HCTP ¹³
Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h/sem)		C			
Sala de acolhimento multiprofissional			C			
Sala de atendimento clínico multiprofissional			C			
Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ¹⁴			A			
Estoque			A			
Dispensação de medicamentos e estoque			C			
Cela enfermaria com solário ¹⁵			C			
Sanitário para pacientes			C			
Consultório de atendimento odontológico		De 101 a 300 presos		C		
Sala multiuso			A			
Sala de procedimentos			A			
Laboratório de diagnóstico ¹⁶	De 301 a 700 presos		A			
Sala de coleta de material para laboratório			C			
Sala de Raio X	De 701 a 1000 presos (40h/semana)		A			
Cela de espera			A			
Consultório Médico			C			
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem			C			
Cela de Observação (02 leitos)			A			
Central de material esterilizado / expurgo			A			
Rouparia			A			
Depósito de Material de Limpeza			C			
Sanitários para equipe de saúde			C			

¹⁰ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

¹¹ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

¹² Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou silimar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

¹³ Conforme nota de rodapé 8.

¹⁴ Em caso de unidades femininas.

¹⁵ Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.

¹⁶ O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 As pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	3 advogados da unidade. A Defensoria Pública realiza o mutirão carcerário.	
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	Sala do advogado, situada no setor administrativo.	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Periodicidade: mensal
13.6 Direitos concedidos a. Saídas temporárias b. Livramento condicional c. Progressões d. Indulto	0/ mês ± 10/ mês ± 30/ mês 0/ ano	

14 – Assistência Laboral		SEMESTRAL					
14.1 Há oficinas de trabalho?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 1					
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?	Total: 0						
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?	Total: 1						
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos		Envolvidos Remunerados		Envolvidos Não-Remunerados		
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	
a. Cozinha	-	35	-	35	-	-	
b. Limpeza	-	25	-	25	-	-	
c. Serviços Administrativos	-	5	-	5	-	-	
d. Oficinas de trabalho	-	200	-	200	-	-	
e. Biblioteca	-	5	-	5	-	-	
f. Fábrica	-	-	-	-	-	-	
g. Agricultura	-	3	-	3	-	-	
h. Artesanato	-	5	-	5	-	-	
i. Pecuária	-	-	-	-	-	-	
j. Outros: Especificar: _____							
14.4.1 Remuneração	Mulher		Homem				
a. Cozinha	-		R\$ 468,00 (bruto)/ R\$ 368,00 (líquido)				
b. Limpeza	-		R\$ 468,00 (bruto)/ R\$ 368,00 (líquido)				
c. Serviços Administrativos	-		R\$ 468,00 (bruto)/ R\$ 368,00 (líquido)				
d. Oficinas de trabalho	-		R\$ 468,00 (bruto)/ R\$ 368,00 (líquido)				
e. Biblioteca	-		R\$ 468,00 (bruto)/ R\$ 368,00 (líquido)				
f. Fábrica	-		-				
g. Agricultura	-		R\$ 468,00 (bruto)/ R\$ 368,00 (líquido)				
h. Artesanato	-		R\$ 468,00 (bruto)/ R\$ 368,00 (líquido)				
i. Pecuária	-		-				
j. Outros							
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:	0						

14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho? Em caso positivo, como essa avaliação é realizada? <u>Questionário para identificar aptidão para o mercado de trabalho (projeto de empreendedorismo).</u>	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva. <u>Também por meio de questionário de aptidão profissional, realizado pelo Centro de Qualificação Profissional.</u>	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer SEMESTRAL

15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal¹⁷

Assinale na tabela:
Ausência (A)
Inconforme (I)
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO ¹⁸	P ¹⁹	CP	COL	COC	HCTP ²⁰
Biblioteca		I/C			
Sala de aula ²¹		I/C			
Instalação sanitária (pessoa presa)		C			
Sala de professores		±C			
Sala de informática		C			
Sala de encontros com a sociedade ²²					

15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos:
180 alfabetização
270 ensino fundamental
30 ensino médio
200 profissionalizante
_____ outros:
Especificar: _____

15.3 Os cursos são ministrados por:

Professores do Sistema Penitenciário Estadual
 Professores da Secretaria Estadual de Educação
 Professores da Secretaria Municipal de Educação
 Presos monitores
 Voluntários
 Outros professores:
Especificar: Mova-Brasil – monitores alfabetizadores.

¹⁷ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

¹⁸ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

¹⁹ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

²⁰ Conforme nota de rodapé 8.

²¹ Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

²² Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.

15.4 Há atividades esportivas?	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim	Quais: Futebol Onde: Pátio
15.5 Há atividades culturais/lazer?	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim	Quais: Onde:
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:	Somente durante as aulas.	

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL
16.1 Há visita de religiosos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> Espíritas <input checked="" type="checkbox"/> Evangélicos <input type="checkbox"/> Outra:	<input checked="" type="checkbox"/> Católicos <input type="checkbox"/> de Matriz Africana
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	Local aberto (pátio)	
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

17 – Assistência Social		SEMESTRAL
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Documentos	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Benefícios da Previdência Social	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Ações com os egressos	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Ações com o SUAS	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Projetos, se sim, quais:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

18 – Segurança		SEMESTRAL
18.1 A segurança interna é realizada por:	<input type="checkbox"/> policiais civis <input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> policiais militares <input type="checkbox"/> outros: <input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Arma letal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Taser	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Gás de pimenta / lacrimogênio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Cacetete / Tonfa	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Algemas	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Rádio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Alarme	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Circuito de vigilância interna	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Outro:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.3 No caso de uso de arma de fogo: Os usuários têm porte de armas? É garantido treinamento periódico?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> não
18.4 No caso de emprego de arma de fogo ou taser é feito registro?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.5 A segurança externa é realizada por:	<input type="checkbox"/> policiais civis <input type="checkbox"/> terceiros	<input checked="" type="checkbox"/> policiais militares <input type="checkbox"/> outros: <input type="checkbox"/> agentes penitenciários

18.6 A escolta externa é realizada por:	<input type="checkbox"/> policiais civis	<input checked="" type="checkbox"/> policiais militares	<input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
	<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.7 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	São 54 integrantes do grupo, mas para todo o estado.
18.8 Caso exista, quem são os envolvidos:	<input type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares	<input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
	<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.9 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:			
Portal detector de metal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
Raquete detectora de metal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
Banco detector de metal	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	
Raio X	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
Espectômetro	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	
Boddy Scanner	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	
Outro:			

19 – Disciplina e ocorrências		MENSAL	
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	<input checked="" type="checkbox"/> Livro	<input type="checkbox"/> PAD	
	<input type="checkbox"/> Procedimento Eletrônico		
	<input type="checkbox"/> Outro		
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	Obs.: isolamento preventivo.
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.7 São executadas sanções coletivas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.8 É observado o direito de defesa do preso?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
Se sim, em qual fase?	<input type="checkbox"/> fase administrativa		
	<input type="checkbox"/> fase judicial		
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?			
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	<input checked="" type="checkbox"/> 10 dias	<input type="checkbox"/> 20 dias	
	<input type="checkbox"/> 30 dias	<input type="checkbox"/> outro:	
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?			
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	4 a 5		
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres	Homens	
19.16 Fugas (pessoas)	-	2	
19.17 Pessoas evadidas	-	-	
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	-	-	
19.19 Mortes naturais	-	4	
19.20 Mortes por homicídio	-	-	
19.21 Mortes acidentais	-	-	
19.22 Mortes por suicídio	-	-	
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	-	1	

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Freqüência: quarta/ sábado (pernoite)/ domingo <input type="checkbox"/> não	
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input type="checkbox"/> 3 ou 4 <input checked="" type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 6 ou 7 <input type="checkbox"/> 8 ou mais	
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input checked="" type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 7 ou 8 <input type="checkbox"/> 9 ou mais	
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	<input type="checkbox"/> pátio de visita <input checked="" type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:	
20.5 Há permissão para visitas íntimas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Freqüência: 2 x por semana <input type="checkbox"/> não	
20.6 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
20.7 Qual o local que ocorre a visita íntima?	<input type="checkbox"/> módulo de visita íntima <input type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:	
20.8 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	<input type="checkbox"/> mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectômetro) <input type="checkbox"/> manual sem desnudamento <input checked="" type="checkbox"/> com desnudamento <input type="checkbox"/> outro:	
20.9 É permitida a visita de menores de 18 anos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	<input checked="" type="checkbox"/> Instalações <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Jurídica <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Saúde <input type="checkbox"/> Assistência Educacional <input type="checkbox"/> Assistência social <input type="checkbox"/> Atividades Esportivas <input type="checkbox"/> Lazer <input checked="" type="checkbox"/> Visita <input checked="" type="checkbox"/> Maus tratos ou tortura <input type="checkbox"/> Outros:	
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) <input type="checkbox"/> Outros:	
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro:	

21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro:
---	--

22 – Diversos	SEMESTRAL
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: _____ <input type="checkbox"/> não
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Entrega para o setor psicossocial.
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios? Motivo:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
22.8 É permitido o uso de:	
a. Rádio/Aparelho de Som	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
b. TV	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
c. Vídeo/DVD	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
d. Geladeira	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
f. Ventilador	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
g. Outros:	
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
22.10 Se existe, em quais áreas:	<input type="checkbox"/> gestão <input type="checkbox"/> educação <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> assistência social <input type="checkbox"/> trabalho <input checked="" type="checkbox"/> religiosa <input type="checkbox"/> comunicação <input type="checkbox"/> cidadania <input type="checkbox"/> reciclagem <input type="checkbox"/> manutenção <input type="checkbox"/> Outras:
Qual a frequência:	<input type="checkbox"/> diária <input checked="" type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> esporádico <input type="checkbox"/> outro:
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento? Obs.: coleta seletiva	<input checked="" type="checkbox"/> separado <input type="checkbox"/> reciclado <input type="checkbox"/> não é recolhido <input type="checkbox"/> coleta municipal <input type="checkbox"/> outro:

23 – Inspeções	MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:	
a. Juiz Corregedor	<input type="checkbox"/> sim Frequência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não
b. Juiz de Execução	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: _____ <input type="checkbox"/> não
c. Ministério Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: mensal <input type="checkbox"/> não
d. Defensor Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: mensal

	<input type="checkbox"/> não	
e. Conselho Penitenciário	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____
	<input type="checkbox"/> não	
f. Conselho da Comunidade	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: semanal
	<input type="checkbox"/> não	
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: semanal
	<input type="checkbox"/> não	
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: semanal
	<input type="checkbox"/> não	
h. Pastoral Carcerária	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: diária
	<input type="checkbox"/> não	
i. Outros:		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados

SEMESTRAL

Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial					
24.2 Manutenção					
24.3 Limpeza					
24.4 Ventilação das celas					
24.5 Iluminação das celas					
24.6 Insolação das celas					
24.7 Cozinha					
24.8 Refeitório					
24.9 Assistência à saúde					
24.10 Assistência à educação					
24.11 Assistência jurídica					
24.12 Assistência social					
24.13 Atividades laborais					
24.14 Cella para isolamento/seguro					
24.15 Cella de sanção disciplinar					
24.16 Local de visita social					
24.17 Local de visita íntima					
24.18 Pátio de sol					
24.19 Alojamento dos agentes					
24.20 Segurança					
24.21 Procedimentos da unidade					

Salienta-se que, no decorrer da inspeção, a equipe se reuniu numa sala do PFDB com o Secretário Romero Ribeiro, funcionários da SERES e equipe técnico-administrativa, momento em que o conselheiro Pedro Sérgio dos Santos fez uma apresentação inicial, destacando, primeiramente, os esforços do estado de Pernambuco para a melhoria do sistema prisional, por meio de projetos sociais importantes e também por atender a recomendação do CNPCP (realizada em março) e dividir o Aníbal Bruno.

No entanto, fez uma série de ressalvas ao programa de segurança pública do governo do estado de Pernambuco, o “Pacto Pela Vida”, e disse que este não convence e é responsável pela superlotação do sistema prisional do estado, tornando-se uma “bomba de efeito retardado”. O “Pacto Pela Vida”, afirmou, é uma política de governo e não uma política de Estado de longo prazo, sendo que a política de encarceramento levada a cabo pelo estado é desastrosa, e ainda persistem, no sistema prisional de Pernambuco, a má qualidade de vida da população carcerária, a violência e a tortura, o que resultou na

denúncia contra o Estado brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O conselheiro ressaltou que outro grande problema do estado é a Penitenciária Professor Barreto Campelo, situada na Ilha de Itamaracá. E questionou por que o estado está retirando os presos dessa penitenciária, indagando se era por causa da Copa do Mundo de 2014, cedendo às pressões da especulação imobiliária. Afirmou que o estado deveria se interessar por uma política de governo para melhoria do cidadão.

Pedro Sérgio também destacou que o Ministério da Justiça se posicionou contrariamente à Parceria Público-Privada (PPP) nos presídios, pois o interesse da iniciativa privada é o lucro. E ofereceu como exemplo o caso de Manaus, capital do estado do Amazonas, onde se implementou uma lógica nefasta em que o Estado delegou a terceiros (iniciativa privada) o controle das prisões. Essa privatização da execução penal fez com que o preso se tornasse lucro e não projeto de vida para o ser humano. O reflexo dessa privatização é o alto grau de insatisfação do preso e uma política de encarceramento lucrativa.

Em seguida, o conselheiro Luis Geraldo Lanfredi destacou que é necessário verificar compatibilidade com os compromissos, pois estes criam responsabilidades para o Estado brasileiro. E afirmou que, após as denúncias à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a imagem do Brasil ficou “arranhada”. Assim, assegurou que o estado de Pernambuco atingiu uma situação crítica: a denúncia do Brasil na CIDH, o que poderá acarretar sanções sérias ao Estado brasileiro. A ideia, agora, é reverter essa situação. Destacou, também, que a função da visita era cobrar do estado de Pernambuco uma resposta para este problema. Em relação a este ponto, o conselheiro Pedro Sérgio complementou que a fala recente do Ministro da Justiça (de que prefere morrer a ficar preso por vários anos) refere-se a todo sistema penal brasileiro e não era uma indireta ao estado de Pernambuco.

Após as apresentações e questionamentos dos conselheiros do CNPCP, o secretário Romero Ribeiro referiu-se à importância da visita da equipe ao estado e de que não é possível “tapar o sol com a peneira”. Afirmou que há duas verdades que não se pode negar: a realidade da superlotação e a de que o estado de Pernambuco é um dos poucos do Brasil em que não há pessoas presas em delegacias. Em relação ao presídio Aníbal Bruno, afirmou que este não existe mais e que atualmente são 03 agentes penitenciários quem coordenam as 03 unidades em que foi dividido o complexo. E enfatizou que essas unidades possuem independência operativa e administrativa.

Em relação ao “Pacto Pela Vida”, o secretário se colocou como um ferrenho defensor e, por isso, discordou da posição do conselheiro Pedro Sérgio. Assim, garantiu que o “Pacto Pela Vida” é um programa de Estado e não de governo e é melhor do que o do Rio de Janeiro. Também asseverou que antes do “Pacto Pela Vida” não havia comunicação entre polícia militar e polícia civil e que ocorreu, desde a implementação dessa política de segurança pública, uma diminuição no número de homicídios no estado e uma diminuição de 40% de mortes no Aníbal Bruno.

Quanto à Ilha de Itamaracá, afirmou que depende do governo e que este está construindo vagas em cadeias públicas do estado, as quais passaram de 8.000 mil para 14.000 mil vagas. No entanto, reconhece que ainda permanecerá um déficit de vagas. O secretário também destacou as ações empreendidas pela Secretaria, com a melhoria da educação no sistema penitenciário do estado (afirmou que há 29% de reeducandos em todo o estado, acima da média do país) e o Projeto Cozinha Escola, em parceria com a Organização Trajetória Mundial (OTM) e sua importância para a educação profissional.

Em relação às denúncias, afirmou que o Secretário de Direitos Humanos estava em Washington por ocasião da denúncia do Brasil na CIDH e que o estado de Pernambuco já encaminhou mais de 11 relatórios, só que a defesa não foi bem feita. Assim, informou que o estado já realizou a contratação de novos agentes penitenciários, construiu enfermarias, escola e salas de aula no antigo Complexo Aníbal Bruno. Contudo, afirmou que o complexo ainda não é o ideal. Por fim, assegurou que o estado aplica o monitoramento eletrônico como forma de controle do regime semiaberto.

O conselheiro Pedro Sérgio, então, destacou a importância da assistência jurídica à população carcerária do estado e referiu-se à falha no monitoramento eletrônico, sendo que, devido a este motivo, ocorreram casos de presos que regrediram para o regime fechado porque o sistema falhou. E destacou novamente o perigo da Parceria Público-Privada no sistema prisional e a falta de advogados para atender a demanda dos presos.

Em relação a essa crítica, o secretário Romero Ribeiro respondeu que o modelo penitenciário brasileiro está falido pela ausência de políticas estaduais e federais e que a Parceria Público-Privada pode ser boa para o preso e para a sociedade, pois a empresa possui um grupo de técnicos que atenderão os presos com anuência do Estado, sendo que há 5 advogados do Estado e 5 da empresa. Por isso, garantiu que a ressocialização vai ser a redenção do sistema prisional. O conselheiro Pedro Sérgio, então, questionou o secretário e assegurou que a assistência jurídica deve ser garantida constitucionalmente pela Defensoria Pública e que a iniciativa privada não pode ter essa prerrogativa. Assim, o contrato estabelecido não pode passar por cima da constituição.

Ana Paula, da SDH, observou que, em relação às questões que serão colocadas na audiência, a SDH enxerga o avanço feito pelo estado. No entanto, indagou: quais questionamentos foram atendidos? O número de agentes é suficiente? Ressaltou a persistência das medidas cautelares e a preocupação com a garantia dos direitos humanos, e salientou que os peticionários afirmam que os agentes também correm risco, e não apenas os presos. Por isso, destacou que o que está sendo questionado é um modelo. Colocou, ainda, a questão relativa ao uso de armamento letal e afirmou que os dados de saúde não estão transparentes ou evidentes. Referiu-se à resolução nº 09/2011, do CNPCP, e assegurou que este recomenda uma arquitetura penal diferenciada. Também afirmou que não poderia mostrar-se indiferente à existência da tortura nas unidades prisionais e que a prática desta demonstra uma falha dentro do sistema. Destacou que as medidas cautelares tocam em pontos essenciais, como a assistência jurídica, a assistência à saúde e os direitos humanos, e que a avaliação visa obter informações relativas a essas questões. Por fim, disse que a resposta do Estado brasileiro já foi encaminhada à CIDH.

Em resposta, o Secretário assegurou que o estado de Pernambuco já tomou providências quanto à tortura, por meio de sindicância. Reiterou também que a tortura é uma falha do sistema, mas que é uma exceção. Só que, quando Ana Paula se referiu à existência de 5.800 presos no Aníbal Bruno, afirmou que este número não existe mais, e sim, 03 unidades em que se dividiu esse contingente. Por fim, disse que as informações dos peticionários relatam 03 casos baseados em notícias da imprensa.

Em relação à inspeção propriamente dita, cabe ressaltar o seguinte: a alimentação sofreu uma mudança em relação à última visita de inspeção do CNPCP em março/2012: já não é mais terceirizada e é preparada na própria unidade com um cardápio orientado por nutricionista. Apesar da SERES informar que implantou um cardápio com refeições adaptadas para hipertensos e diabéticos, este ainda é

padronizado. A direção da unidade informou que o cardápio diferenciado será implantado em breve. Apesar disso, a equipe foi surpreendida, no pavilhão R, com presos preparando sua própria comida.

A equipe foi informada de que a segurança interna é realizada por agentes de segurança penitenciária e todos (secretário, diretor, servidores) foram unânimes em assegurar que já não existe mais a figura do “chaveiro”. Segundo o gerente de comunicação da SERES, Sr. Marcelo Aragão, o que existe é a figura do “representante do pavilhão”, que seria o elo entre o preso e a administração.

Em conversas com alguns presos do PFDB, estes reclamaram das instalações, da realização da revista vexatória (que eles afirmam ser a humilhação que seus familiares sofrem durante a visita), de maus tratos e da precariedade da assistência jurídica e da assistência à saúde. Em relação à assistência jurídica, os seguintes presos do Pavilhão R reclamaram da ausência de atendimento pelos advogados da unidade e, por isso, o solicitaram à equipe de inspeção, a saber: Williams Joaquim, José Francisco Lima de Oliveira (disse que está preso há 5 anos), Daniel Tenório Januário Ferreira, Rogério José da Silva (prontuário 17597; disse que está preso há 8 meses) e Maciel José da Silva (prontuário 20850, cela 6). Dois presos, também do Pavilhão R, entregaram bilhete à equipe, também solicitando assistência jurídica, a saber: Thiago Felipe da Silva (2033241) e José Jairo de Moura.

Alguns presos reclamaram que uma pessoa de nome Sandro Rupiró vendeu o pavilhão Q; que no banheiro das celas do pavilhão R falta água, e que esta é racionada; que há humilhação da visita. Um deles chegou a afirmar: “a visita não pode pagar pelo nosso erro”. Em relação à reclamação dos presos de que faltava água ou de que esta seria racionada, mesmo havendo uma caixa d’água na unidade, Marcelo Aragão garantiu que o racionamento de água não é apenas no presídio, mas em todo o Nordeste.

Um fato que chamou a atenção foi a informação dada pelo diretor da unidade de que o tempo de visita íntima é das 8 às 16h, sendo realizada às quartas-feiras e aos domingos. Mas fez uma observação: elas entram no sábado às 8h e só saem no domingo às 16h. Apesar disso, constatou-se o que foi verificado na inspeção do CNPCP de março: não há módulo de visita íntima e esta ainda acontece nas celas.

3. Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros – PJALLB

Acompanharam a visita as mesmas pessoas que receberam a equipe no PFDB.

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros – PJALLB	
2.2 Apelido da unidade:	Unidade I – Complexo do Curado (Antigo Aníbal Bruno)	
2.2.1 Endereço:	Av. Liberdade, s/n, Sancho, CEP: 50920-310	
2.2.2 Cidade/UF:	Recife-PE	
2.3	<input type="checkbox"/> Penitenciária <input checked="" type="checkbox"/> Cadeia Pública / Presídio <input type="checkbox"/> Colônias agrícolas, industriais ou similares <input type="checkbox"/> Centro de Observação Criminológica <input type="checkbox"/> Hospital de Custódia <input type="checkbox"/> Casa de Albergado	
2.4	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	<input checked="" type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Terceirização de serviços complementares (alimentação,	

	limpeza, lavanderia) <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe técnica e administrativa <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe de segurança <input type="checkbox"/> Método APAC
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Henrique Douglas Silva Gomes
3.3 Cargo:	Diretor
3.4 Formação Profissional	<input checked="" type="checkbox"/> Direito <input type="checkbox"/> Ciências Sociais <input type="checkbox"/> Psicologia <input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Serviço Social <input type="checkbox"/> Outra: segurança pública
3.5 Responsável pela segurança:	Flávio Lopes
3.6 Cargo:	Chefe da Unidade de Supervisão de Segurança
3.7 Formação Profissional:	Direito
3.8 Quantidade de computadores:	<input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 6 <input type="checkbox"/> 7 a 9 <input type="checkbox"/> 10 a 12 <input type="checkbox"/> 13 a 15 <input checked="" type="checkbox"/> > 15
3.9 Acesso à Internet	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.10 Alimenta o INFOPEN	<input type="checkbox"/> Integralmente <input type="checkbox"/> Parcialmente <input checked="" type="checkbox"/> Não alimenta <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Outro: Obs.: só para consulta
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim Obs.: <u>Regimento padrão para todas as unidades.</u>
3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim Obs.: <u>Portarias</u>

4 – Características do Estabelecimento		SEMESTRAL					
4.1 Capacidade total:	595						
4.1.2 Lotação total:	3003						
4.2 Capacidade Mulheres:	4.3 Capacidade homens: 595	4.4 Capacidade GLBTT:					
4.2.1 Lotação Mulheres:	4.3.1 Lotação homens: 3003	4.4.1 Lotação GLBTT:					
<input type="checkbox"/> Condenada <input type="checkbox"/> Provisória	<input checked="" type="checkbox"/> Condenado <input checked="" type="checkbox"/> Provisório	<input type="checkbox"/> Condenada/o	<input type="checkbox"/> Provisória/o				
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não				
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não				
4.7 Há alas separadas para idosos?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não				
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não				
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não				
4.10 Há alas separadas para GLBTT?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não				
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não				
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não				
4.13 Há celas metálicas?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não				
4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento penal ²³	Estabelecimento penal	Peniten- ciária	Colônia ²⁵	Cadeia pública ²⁶	COC ²⁷	Casa do Albergado	HCTP ²⁸
	Módulos²⁴						

²³ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

²⁴ Legenda: Existência obrigatória Existência facultativa Não é necessário

²⁵ Colônia agrícola, industrial ou similar.

²⁶ Presídio ou estabelecimento congênere.

²⁷ Centro de observação criminológica.

Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações:	Guarda Externa				C		
	Agente Penitenciário / Monitor				A		
	Administração				C		
	Recepção/Revista				C		
	Centro observação / triagem / Inclusão				I		
	Tratamento Penal				C		
	Vivência coletiva						
	Vivência individual						
	Serviços						
	Saúde				C		
	Tratamento para dependentes químicos						
	Oficina de trabalho						
	Educativo						
	Polivalente						
	Creche						
	Berçário				-		
	Visita íntima				A		
Esportes							
4.15 Número de celas individuais	Homens:		Mulheres:				
4.15.1 Lotação celas individuais	Homens:		Mulheres:				
4.15.2 Dimensão		m X m		m X m			
4.16 Número de celas coletivas	Homens:		Mulheres:				
4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens:		Mulheres:				
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens:		Mulheres:				
4.16.3 Dimensão		m X m		m X m			
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	<input type="checkbox"/> 1 a 3% <input type="checkbox"/> 3 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input type="checkbox"/> > 10%						
4.18 Ventilação cruzada geral	<input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva						
4.19 Ventilação cruzada nas celas	<input type="checkbox"/> insuficiente <input checked="" type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva						
4.20 Iluminação natural nas celas	<input type="checkbox"/> inexistente <input checked="" type="checkbox"/> existente						
4.21 Incidência de sol nas celas	<input type="checkbox"/> insuficiente <input checked="" type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva						
4.22 Programa de combate a incêndio	<input checked="" type="checkbox"/> inexistente <input type="checkbox"/> existente						
4.23 Extintores de incêndio	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> sem condições de uso <input type="checkbox"/> em condições de uso						
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não		4.25 Reformado com subvenção de recursos federais?			<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.26 Indicativos da	<input type="checkbox"/> sim		Quais:				

²⁸ Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.

atuação de facções no estabelecimento? não

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL
5.1 Há pessoas com deficiência?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.3 Há indígenas presos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.5 Há estrangeiros presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.6 Há adolescentes internados no local?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.12 Há pessoas presas com HIV?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 30
5.13 Há pessoas presas com Hepatite?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.14 Há pessoas presas com Tuberculose?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 46
5.15 Há pessoas presas com Hanseníase?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 2
5.16 Há pessoas presas em RDD?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento		SEMESTRAL
7.1 Total de RH na área de segurança:		56
7.2 Total de RH na área administrativa:		
7.3 Total de RH na área técnica:		44
7.4 Total Geral:		
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Defensoria Pública (uma vez ao mês) <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Outra forma de contratação: <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 4
7.6 Auxiliares de Enfermagem	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 6
7.7 Assistentes Sociais	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 2
7.8 Dentistas	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 1
7.9 Enfermeiros	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 4
7.10 Médicos – Clínico Geral	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 3

	<input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade
7.11 Médicos – Psiquiatras	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 1 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.13 Pedagogos	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> Secretaria de Educação <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.14 Psicólogos	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 9 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.15 Terapeutas Ocupacionais	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.16 Outros: Farmacêutico, Nutricionista, Fisioterapeuta e Educação Física.	Quantidade: 1 (para cada especialidade) <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.17 Agentes Prisionais	<input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 16 mulheres/ 134 homens <input type="checkbox"/> não
7.18 Escala de trabalho:	24 x 72
7.19 Há utilização de uniforme?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Com identificação pessoal: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? <input checked="" type="checkbox"/> Curso de Formação <input type="checkbox"/> Cursos Especiais Entidade Executora: CERES	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.2 Há distribuição de uniformes?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.3 Há distribuição de calçados?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.5 Há distribuição de toalhas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:		
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.14 Caso não haja instalações sanitárias na cela, como é garantido o acesso aos banheiros externos?		
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário		
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.19 Número de pessoas por chuveiro		
8.20 É garantido o banho diário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.21 A água é aquecida?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.22 É fornecida água potável?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.23 A água é racionada?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?		
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	<input checked="" type="checkbox"/> hidráulico <input checked="" type="checkbox"/> elétrica <input checked="" type="checkbox"/> edificação <input type="checkbox"/> outros:	

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?	800 g (almoço)	
9.5 N.º de refeições diárias: 3	9.6 Horários das refeições: 5h/ 11h/ 16h	9.7 Onde as refeições são realizadas? <input type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> refeitório <input checked="" type="checkbox"/> outro: Pavilhão
9.8 Há controle de qualidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Qual:
9.9 Descrever o controle:	A nutricionista da unidade acompanha todo o processo. Em dois dias da semana (terça e quinta) há lanche com frutas.	
9.10 As refeições são	<input checked="" type="checkbox"/> padronizadas <input type="checkbox"/> adaptadas por motivos de: <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> religiosos <input type="checkbox"/> outros <u>Obs.: está em fase de implantação um cardápio diferenciado para diabéticos e hipertensos.</u>	
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	<input checked="" type="checkbox"/> família <input type="checkbox"/> compra <input type="checkbox"/> outro:	

10 – Rotina padrão		SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela: <u>as celas são abertas pela manhã e só fecham à noite. Ficam, portanto, cerca de 22h no pavilhão.</u>		
10.2 Tempo de pátio de sol: 2h Frequência: diária	10.3 Tempo de visita: 6h-16h Frequência: semanal (domingo)	
10.4 Tempo de atividades educacionais: 3h30min (para cada turma) Frequência: segunda a sexta	10.5 Tempo de atividades laborais: 8h-16h Frequência: segunda a sexta	
10.6 Tempo de atividades religiosas: 3h Frequência: diária	10.7 Tempo de visita íntima: 8h-16h Frequência: semanal (quarta)	
10.8 Tempo de atividades esportivas: 2h a 3h Frequência: 2 x por semana (terça e quinta)		
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	

11 – Assistência à Saúde	SEMESTRAL
11.1 Está integrado ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
11.3 Há distribuição de preservativos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: mensal <input type="checkbox"/> não Obs.: são distribuídos ± 5.000
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <u>Obs.: Em alguns casos, a unidade compra o medicamento.</u>
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas? Hepatite, BCG, gripe, tétano.	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <u>Obs.: os presos são levados para consulta às clínicas ou hospitais onde têm convênio.</u>
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infecto-contagiosas?	Programa de higienização, vacina, trabalhos educativos.
11.12 Há ambulância na unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal²⁹

Assinale na tabela:
Ausência (A)
Inconforme (I)
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO ³⁰	Proporção	Estabelecimentos Penais				
		P ³¹	CP	COL	COC	HCTP ³²
Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h/sem)		I			
Sala de acolhimento multiprofissional			C			
Sala de atendimento clínico multiprofissional			C			
Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ³³			A			
Estoque			A			
Dispensação de medicamentos e estoque			A			
Cela enfermaria com solário ³⁴			C			
Sanitário para pacientes			C			
Consultório de atendimento odontológico		De 101 a 300 presos		C		
Sala multiuso			A			
Sala de procedimentos			C			
Laboratório de diagnóstico ³⁵	De 301 a 700 presos		A			
Sala de coleta de material para laboratório			C			
Sala de Raio X	De 701 a 1000 presos (40h/semana)		A			
Cela de espera			A			
Consultório Médico			C			
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem			C			
Cela de Observação (02 leitos)			A			
Central de material esterilizado / expurgo			A			
Rouparia			A			
Depósito de Material de Limpeza			C			
Sanitários para equipe de saúde			C			

²⁹ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

³⁰ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

³¹ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou silimar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

³² Conforme nota de rodapé 8.

³³ Em caso de unidades femininas.

³⁴ Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.

³⁵ O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 As pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Setor jurídico da unidade	
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	Parlatório	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.6 Direitos concedidos	Periodicidade: mensal	
a. Saídas temporárias	0/ mês	
b. Livramento condicional	10/ mês	
c. Progressões	35-40/ mês	
d. Indulto	2/ ano	

14 – Assistência Laboral		SEMESTRAL				
14.1 Há oficinas de trabalho?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 6				
	<input type="checkbox"/> não					
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?	Total: 6					
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?	Total: 0					
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos		Envolvidos Remunerados		Envolvidos Não-Remunerados	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
a. Cozinha	-	85	-	85	-	-
b. Limpeza	-	60	-	60	-	-
c. Serviços Administrativos	-	± 20	-	± 20	-	-
d. Oficinas de trabalho	-	400	-	400	-	-
e. Biblioteca	-	3	-	3	-	-
f. Fábrica	-	-	-	-	-	-
g. Agricultura	-	-	-	-	-	-
h. Artesanato	-	± 150	-	± 150	-	-
i. Pecuária	-	-	-	-	-	-
j. Outros:	Especificar: Reciclagem (± 40)					

14.4.1 Remuneração	Mulher	Homem				
a. Cozinha	-	75% do salário mínimo (líquido)/25% poupança (pecúlio)				
b. Limpeza	-	Idem				
c. Serviços Administrativos	-	Idem				
d. Oficinas de trabalho	-	Idem				
e. Biblioteca	-	Idem				
f. Fábrica	-	-				
g. Agricultura	-	-				
h. Artesanato	-	75% do salário mínimo (líquido)/25% poupança (pecúlio)				
i. Pecuária	-	-				
j. Outros	-	-				
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:						0

14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho? Em caso positivo, como essa avaliação é realizada? <u>Pelo setor de laborterapia.</u>	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva. <u>Projeto Cozinha Escola e cursos de qualificação profissionalizante.</u>	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer SEMESTRAL

15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal³⁶

Assinale na tabela:
Ausência (A)
Inconforme (I)
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO ³⁷	P ³⁸	CP	COL	COC	HCTP ³⁹
Biblioteca		A			
Sala de aula ⁴⁰		C			
Instalação sanitária (pessoa presa)		I			
Sala de professores		I			
Sala de informática		A			
Sala de encontros com a sociedade ⁴¹		-			

15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos:

28 alfabetização
180 ensino fundamental
50 ensino médio
200 profissionalizante
_____ outros:
Especificar: _____

15.3 Os cursos são ministrados por:

Professores do Sistema Penitenciário Estadual
 Professores da Secretaria Estadual de Educação
 Professores da Secretaria Municipal de Educação
 Presos monitores
 Voluntários
 Outros professores:
Especificar: _____

³⁶ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

³⁷ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

³⁸ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

³⁹ Conforme nota de rodapé 8.

⁴⁰ Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

⁴¹ Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.

15.4 Há atividades esportivas?	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim	Quais: Aeróbica, futebol e basquetebol. Onde: quadra esportiva.
15.5 Há atividades culturais/lazer?	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim	Quais: Onde:
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:	Não há biblioteca.	

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL
16.1 Há visita de religiosos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> Espíritas <input checked="" type="checkbox"/> Evangélicos <input type="checkbox"/> Outra:	<input checked="" type="checkbox"/> Católicos <input type="checkbox"/> de Matriz Africana
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	Igreja evangélica.	
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

17 – Assistência Social		SEMESTRAL
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Documentos	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Benefícios da Previdência Social	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Ações com os egressos	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Ações com o SUAS	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Projetos, se sim, quais: <u>Visitação (diagnóstico)/ Multiplicar/ Gerência</u>	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

18 – Segurança		SEMESTRAL
18.1 A segurança interna é realizada por:	<input type="checkbox"/> policiais civis <input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> policiais militares <input type="checkbox"/> outros: <input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Arma letal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Taser	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Gás de pimenta / lacrimogênio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Cacetete / Tonfa	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Algemas	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Rádio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Alarme	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Circuito de vigilância interna	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Outro:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.3 No caso de uso de arma de fogo:		
Os usuários têm porte de armas?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
É garantido treinamento periódico?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
18.4 No caso de emprego de arma de fogo ou taser é feito registro?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Obs.: no livro de ocorrência		

18.5 A segurança externa é realizada por:	<input type="checkbox"/> policiais civis	<input checked="" type="checkbox"/> policiais militares	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários
	<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.6 A escolta externa é realizada por:	<input type="checkbox"/> policiais civis	<input checked="" type="checkbox"/> policiais militares	<input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
	<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.7 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.8 Caso exista, quem são os envolvidos:	<input type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares	<input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
	<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.9 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:			
Portal detector de metal		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Raquete detectora de metal		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Banco detector de metal		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Raio X		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Espectômetro		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Boddy Scanner		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Outro:			

19 – Disciplina e ocorrências		MENSAL	
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.2 Qual a forma adotada para o registro?		<input checked="" type="checkbox"/> Livro	<input type="checkbox"/> PAD
		<input type="checkbox"/> Procedimento Eletrônico	
		<input type="checkbox"/> Outro	
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.7 São executadas sanções coletivas?		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.8 É observado o direito de defesa do preso?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Se sim, em qual fase?		<input checked="" type="checkbox"/> fase administrativa	
		<input checked="" type="checkbox"/> fase judicial	
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?			
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?		<input checked="" type="checkbox"/> 10 dias (provisório)	
		<input type="checkbox"/> 20 dias	
		<input checked="" type="checkbox"/> 30 dias	<input type="checkbox"/> outro:
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?		Um ano.	
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?		10	
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:		Mulheres	Homens
19.16 Fugas (pessoas)		-	1
19.17 Pessoas evadidas		-	-
19.18 Saídas temporárias (pessoas)		-	1 (do semiaberto)
19.19 Mortes naturais		-	3

19.20 Mortes por homicídio	-	8
19.21 Mortes acidentais	-	-
19.22 Mortes por suicídio	-	-
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	-	-

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: 2 x por semana (quarta e domingo) <input type="checkbox"/> não	
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 6 ou 7 <input checked="" type="checkbox"/> 8 ou mais (parentes)	
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input checked="" type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 7 ou 8 <input type="checkbox"/> 9 ou mais	
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	<input type="checkbox"/> pátio de visita <input checked="" type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:	
20.5 Há permissão para visitas íntimas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: semanal <input type="checkbox"/> não	
20.6 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
20.7 Qual o local que ocorre a visita íntima?	<input type="checkbox"/> módulo de visita íntima <input type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:	
20.8 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	<input type="checkbox"/> mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectômetro) <input type="checkbox"/> manual sem desnudamento <input checked="" type="checkbox"/> com desnudamento <input type="checkbox"/> outro:	
20.9 É permitida a visita de menores de 18 anos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	<input checked="" type="checkbox"/> Instalações <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Jurídica <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Saúde <input type="checkbox"/> Assistência Educacional <input type="checkbox"/> Assistência social <input type="checkbox"/> Atividades Esportivas <input type="checkbox"/> Lazer <input checked="" type="checkbox"/> Visita <input checked="" type="checkbox"/> Maus tratos ou tortura <input type="checkbox"/> Outros:	
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input checked="" type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input checked="" type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) <input type="checkbox"/> Outros: Obs.: medo do processo administrativo.	
21.3 Quais providências	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito	

foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	<input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro:
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro:

22 – Diversos	SEMESTRAL
----------------------	------------------

22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: _____ <input type="checkbox"/> não
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?		
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios? Motivo:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
b. TV	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
c. Vídeo/DVD	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
d. Geladeira	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
f. Ventilador	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
g. Outros:		
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.10 Se existe, em quais áreas:	<input type="checkbox"/> gestão <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> trabalho <input type="checkbox"/> comunicação <input type="checkbox"/> reciclagem <input type="checkbox"/> Outras:	<input type="checkbox"/> educação <input type="checkbox"/> assistência social <input checked="" type="checkbox"/> religiosa <input type="checkbox"/> cidadania <input type="checkbox"/> manutenção
Qual a frequência:	<input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> esporádico	<input checked="" type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> outro:
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> separado <input type="checkbox"/> não é recolhido <input type="checkbox"/> outro:	<input type="checkbox"/> reciclado <input type="checkbox"/> coleta municipal

23 – Inspeções	MENSAL
-----------------------	---------------

23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:	
a. Juiz Corregedor	<input type="checkbox"/> sim Frequência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não
b. Juiz de Execução	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: trimestral

	<input type="checkbox"/> não	
c. Ministério Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: trimestral
	<input type="checkbox"/> não	
d. Defensor Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: mensal
	<input type="checkbox"/> não	
e. Conselho Penitenciário	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: raramente
	<input type="checkbox"/> não	
f. Conselho da Comunidade	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: _____
	<input type="checkbox"/> não	
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____
	<input checked="" type="checkbox"/> não	
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: semestral
	<input type="checkbox"/> não	
h. Pastoral Carcerária	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: semanal
	<input type="checkbox"/> não	
i. Outros:		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados

SEMESTRAL

Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial					
24.2 Manutenção					
24.3 Limpeza					
24.4 Ventilação das celas					
24.5 Iluminação das celas					
24.6 Insolação das celas					
24.7 Cozinha					
24.8 Refeitório					
24.9 Assistência à saúde					
24.10 Assistência à educação					
24.11 Assistência jurídica					
24.12 Assistência social					
24.13 Atividades laborais					
24.14 Cella para isolamento/seguro					
24.15 Cella de sanção disciplinar					
24.16 Local de visita social					
24.17 Local de visita íntima					
24.18 Pátio de sol					
24.19 Alojamento dos agentes					
24.20 Segurança					
24.21 Procedimentos da unidade					

Há, nesta unidade, um galpão com cerca de 500 presos amontoados sem qualquer garantia da sua dignidade humana. Apesar de a equipe ser informada de que não há mais presos “chaveiros” comandando os pavilhões, sendo que, no PFDB, a primeira coisa que o secretário fez foi mostrar as chaves dos portões dos pavilhões que ele enfaticamente frisou serem agora controladas por agentes de segurança penitenciária no Complexo do Curado, ocorreu um caso surpreendente: depois de a equipe sair do galpão, enquanto se retirava, 02 presos (vestidos de vermelho) perguntaram aos agentes se já podiam fechar o galpão. O agente, um pouco embaraçado, disse: “daqui a pouco a gente vem aí fechar”.

Em conversa com estes presos, eles afirmaram que comandam o galpão.

Há reclamações dos presos quanto às instalações, à visita, e à precariedade da assistência jurídica e da assistência à saúde. No pavilhão de disciplina, havia uma cela chapeada (e o conselheiro Lanfredi pediu providências imediatas para o caso). Na cela 10 desse pavilhão, um preso reclamou que estava dentro dessa cela e que foi retirado por causa de uma equipe de inspeção da área de direitos humanos. Outro, na mesma cela, afirmou que foi para o pavilhão por causa de 4 pacotes de maconha, quando retornou da audiência. No entanto, afirmou, deveria ir para o PAMFA, ou seja, a unidade II do Complexo Prisional do Curado. Assim, solicitou a sua volta para o PAMFA, disse que a advogada Dalva não presta assistência jurídica e que tem cachaça feita na própria unidade. Já na cela 4 o preso Almir Ramos da Silva (em tratamento para tuberculose e AIDS), disse que quer ir para a enfermaria. Contudo, estava no pavilhão de disciplina com outro preso por causa de uma briga (segundo ele, sem faca).

Na cela 5 do pavilhão de disciplina, um preso disse que necessita de assistência jurídica e acusou os agentes (identificados apenas como “chumbinhos”) de levarem 60 reais que o pai levou para ele. Além de apresentar marcas de agressão no corpo, realizadas pela guarnição (agentes), disse que tem medo de sofrer represálias. Na cela 6 um preso disse que necessita de assistência jurídica, pois quer ir para o regime semiaberto. Segundo ele, possui duas condenações (uma de 8 e outra de 10 anos) e que já está preso há 4 anos. O preso apresentou marcas de agressão realizadas pelo “chaveiro” Lucas e outros 10 presos (ajudantes do “chaveiro”). Ele afirmou que foi espancado porque não quis apresentar sua irmã para o “chaveiro” (Obs.: os nomes dos dois presos foram omitidos como forma de preservação de sua integridade física, já que ambos têm medo de sofrer represálias).

No galpão, diversos presos disseram necessitar de assistência jurídica, entre eles: Rodrigo do Nascimento (prontuário nº 2010792), Márcio Elias Gomes (disse que espera alvará de soltura), Luiz Antônio Cavalcante (disse que espera há 3 anos uma sentença; foi condenado pelo art. 157), Gustavo de Assunção Pereira da Silva (disse que quer progressão de regime ou alvará de soltura, pois já teria cumprido 5 dos 6 anos a que foi condenado), Maxwell Bernardino Lélis de Arruda (prontuário nº 2014774) (disse que foi condenado a 13 anos, que já cumpriu 5 e quer uma condicional) e Anderson Agostinho de Sousa. Já o preso Edson da Silva Lima exibiu manchas no corpo e disse que precisa de assistência à saúde. Outros presos também solicitaram que anotassem seus nomes (porque necessitavam de assistência jurídica), o que não foi possível realizar porque foi o momento em que o preso de camisa vermelha perguntou se poderia fechar o portão, sendo que a equipe de inspeção já se retirava naquele momento.

O preso Jece Curi entregou à equipe um bilhete em que afirma que está preso desde o dia 20/06/2011 por uma condenação de 02 anos e 6 meses. Afirma, por isso, que já deveria estar na condicional, mas “querem me mandar para Apac” [parece que é a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados]. O preso informa que é filho de José Curi e Hildenita Luz dos Santos, e que o nº de seu prontuário é 2031483, e do RG, 098039340; que tem 2 filhos que não vê desde que foi preso. Segundo Jece Curi, ele não possui advogado nem “processos em aberto”, e que o setor jurídico da unidade nunca o chamou e, portanto, está “abandonado pelo sistema”.

25 – Conclusão

SEMESTRAL

25.1 Irregularidades encontradas com base na Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), Constituição Federal/88, Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do

Adolescente - ECA), Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, Lei nº 9.455/97 (Crimes de Tortura), Lei 10.172/2011 – Plano Nacional de Educação, e Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - nº 1.777/2003.

X	Ocupação total superior à capacidade da unidade (art. 85 da LEP)
X	N.º de presos por cela superior ao n.º definido em lei (art. 88 da LEP)
	Presença de pessoas com idade acima de 60 anos junto aos demais presos (art. 82, § 1º da LEP)
	Irregularidade na distribuição dos presos nas celas, com presença de presos provisórios junto a presos condenados e presos primários com reincidentes (art. 84, § 1º da LEP, art. 7º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
X	Falta de programa individualizador da pena privativa de liberdade (art. 6º da LEP)
	Existência de pessoas presas por medida de segurança cumprindo pena junto aos demais presos (anexo da Resolução nº 05/2004 do CNPCP, e art. 4º, Resolução nº 12/2009 do CNPCP)
-	Presença de adolescentes no estabelecimento (arts. 123 e 185 do ECA);
-	Presença de mulheres em ambientes de homens (art. 82, § 1º da LEP)
-	Presença de agentes do sexo masculino nas dependências internas dos estabelecimentos penais femininos (art. 83 § 3º da LEP)
-	Inexistência de berçário para crianças nas unidades prisionais femininas (art. 83 § 2º da LEP, e art. 10, Resolução nº 4/2009 do CNPCP)
-	Ausência de seção para gestante e parturiente nos estabelecimentos penais femininos (art. 89 da LEP)
-	Ausência de creche para abrigar crianças entre 06 meses e 7 anos nos estabelecimentos penais femininos (art. 89 da LEP)
X	Ausência ou número insuficiente de camas individuais (art. 8º, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Condições precárias de higiene e limpeza das celas (art. 9º da Resolução n.º 14/94 CNPCP)
-	Falta de cardápio alimentar orientado por nutricionistas (art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	N.º de refeições por dia inadequado às necessidades dos presos (art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Roupas fornecidas pelo estabelecimento impróprias às condições climáticas (art. 12, caput, da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Roupas sujas e/ou em mau estado de conservação (art. 12, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
X	Inexistência de local para aquisição de produtos permitidos para higiene pessoal, mas não fornecidos pela administração (art. 13 da LEP)
	Inexistência de sanitário na própria cela (art. 88, caput, da LEP)
X	Falta de assistência jurídica regular aos presos carentes (arts. 15, 16 e 41, VII da LEP)
X	Ausência de instalação destinada à Defensoria Pública (art. 83 § 5º da LEP)
X	Inexistência de local destinado a atividades de estágio para universitários (art. 83, § 1º da LEP)
-	Inexistência de curso de alfabetização (art. 40, p. un. da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Inexistência de educação de ensino fundamental (art. 18 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001)
-	Inexistência de educação de ensino profissional (art. 19 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001)
X	Ausência de biblioteca (art. 21 da LEP) – apenas no PJALLB
-	Não oferecimento de atividade física e/ou recreação (art. 23, IV e art. 41, V e VI da LEP, art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Ausência de sala de aula para cursos básico e profissionalizante (art. 83 §

	4º da LEP)
-	Falta de serviço de assistência social (arts. 22 e 41, VII da LEP)
	Inexistência de cursos de qualificação para o servidor penitenciário (art. 77, § 1º da LEP e art. 49 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Ausência de equipe de saúde própria nas unidades com mais de 100 presos (art. 8º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777, de 09/09/2003)
-	Não disponibilização dos medicamentos básicos do SUS (art. 8º, § 4º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003)
X	Nº de agentes penitenciários inferior ao recomendado: 5 presos por agente penitenciário, no mínimo (art. 1º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP)
-	Ausência de profissionais da equipe técnica ou nº insuficiente abaixo do recomendado (art. 2º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP)
	Inexistência de audiência especial com o diretor do estabelecimento (art. 41, XIII da LEP)
-	Falta de concessão de banho de sol regular aos presos (art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Proibição da utilização dos meios de informação (art. 41, XV da LEP)
	Proibição da utilização de correspondência escrita externa (art. 41, XV da LEP);
	Falta de tratamento nominal dos presos (art. 41, XI da LEP e art. 4º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP);
	Inexistência de local específico para guarda de objetos pessoais dos presos (art. 45, §§ 1º e 2 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP);
-	Impedimento de visita íntima para relações homoafetivas (art. 2º, Resolução nº 04/2011 do CNPCP)
	Inexistência de Comissão Técnica de Classificação dos Condenados (art. 6º da LEP)
	Deficiência na composição da Comissão Técnica (art. 7º da LEP)
-	Condições inadequadas de realização de trabalho: Trabalho não remunerado (arts. 29 e 41, II da LEP); Jornada reduzida ou ampliada (art. 33 da LEP); Tipo de trabalho incompatível com a condição de idoso, doente ou pessoa com deficiência (art. 32, §§ 2º e 3º da LEP); Inexistência de trabalho voltado para a reinserção social do condenado (art. 23, V da LEP);
X	Indícios de ocorrência de atos tipificados como tortura (Lei 9.455/97)

4. Audiência Pública

A Audiência Pública sobre o sistema prisional de Pernambuco foi conduzida pelo Dr. Vitore Zílio Maximiano, Conselheiro do CNPCP, sendo a mesa composta por Pedro Sérgio dos Santos (CNPCP) e Romero José de Melo Ribeiro, Secretário Executivo de Ressocialização (SERES).

Além da equipe responsável pela inspeção no Complexo do Curado, compareceram à audiência: Paulo Roberto Xavier de Moraes, Secretário Executivo de Justiça e Direitos Humanos do Governo de Pernambuco; Marcellus Ugiette, Promotor da Vara de Execuções Penais; Nivaldo de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Agentes e Servidores no Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco – SINDASP/PE; Henrique Douglas Silva Gomes, Diretor do Presídio Juiz Antonio Luiz Lins de Barros – PJALLB; Artur Henrique de Oliveira, Diretor do Presídio ASP Marcelo Francisco de Araújo – PAMFA; Ricardo Luiz Pereira, Diretor do Presídio Frei Damião de Bozzano – PFDB; Adelma Maria da Rocha, Gerente de Saúde da SERES; Marcos Ribeiro, Agente de Segurança Penitenciária; o pai de um preso no Complexo do Curado; Margarida, do Conselho de Direitos Humanos do Estado e do Grupo Mulher

Maravilhosa; a missionária Guacira; Leonora, da área de infância e juventude; Iratan, da Pastoral Carcerária/ PE; Sílvio, representante dos aprovados ainda não convocados no concurso para agentes penitenciários/ PE; além de Defensoras Públicas do Estado de Pernambuco; representantes da Sociedade Civil local; servidores da SERES; Agentes Penitenciários do Estado de Pernambuco; e aprovados do concurso para agente penitenciário que ainda não foram convocados.

O Dr. Vitore Zílio Maximiano fez as considerações iniciais, destacando como é a composição do CNPCP, conforme estabelece a LEP. O conselheiro afirmou que uma das atividades do CNPCP é o monitoramento e a fiscalização do sistema prisional, explicando quais são as atribuições do CNPCP no campo da execução penal e da política criminal. Disse, também, que os relatórios do CNPCP e outras informações relevantes estão na página do órgão no Portal do Ministério da Justiça. Ainda mencionou as resoluções do CNPCP, dizendo que estas são recomendações e medidas para o sistema prisional, e citou a Resolução nº 09/2011, que instituiu as diretrizes básicas da arquitetura penal e é utilizada pelo Departamento Penitenciário Nacional para o financiamento de projetos para os estados. Por fim, assegurou que o CNPCP se dispõe a receber informações e denúncias sobre o sistema prisional.

Em seguida, foram anunciadas as autoridades presentes, momento em que foi explicada a dinâmica dos trabalhos: abordagem, pelo Dr. Pedro Sérgio, do relatório aprovado pelo CNPCP em março/2012, sobre a inspeção realizada em Pernambuco. Depois, a fala do secretário Romero Ribeiro. Por último, a abertura à plenária, seguida das considerações finais, com as devidas recomendações.

No início de sua exposição, o conselheiro Pedro Sérgio afirmou que durante sua primeira passagem pelo CNPCP, inspecionou o sistema prisional de Pernambuco entre 2008 e 2010, e, com o seu retorno ao órgão, em março de 2012. Informou que, a partir daquele momento, os conselheiros que acompanharão o estado de Pernambuco serão Alvinho Augusto de Sá e Luis Geraldo Lanfredi, sendo que este não pôde comparecer à audiência.

Em relação ao sistema prisional de Pernambuco, colocou que, em 2006, o estado possuía 8.000 vagas e 15.000 presos; já em 2012, eram 14.000 vagas e 25.000 presos, tendo um aumento significativo na população carcerária durante esse período. Quanto ao Aníbal Bruno, destacou que em 2009 era uma unidade com um amontoado de presos, um presídio caótico e de condições precárias. Em função disso, neste ano (2009), em reunião com o governador do estado, este realizou uma ligação para o então presidente da República, Luís Inácio “Lula” da Silva, e fez um acordo com o CNPCP de investir um real do governo do estado para cada real investido pelo governo federal. Nesse momento, o CNPCP sugeriu a divisão do Complexo Aníbal Bruno. Em março de 2012, no momento da inspeção pelo CNPCP, verificou-se que houve uma melhora na parte externa do presídio Aníbal Bruno, mas a sua parte interna era um amontoado de barracos e a assistência à saúde era péssima. O estado geral era de favelização.

Na primeira parte de sua exposição, o conselheiro destacou os aspectos positivos encontrados na inspeção realizada no dia anterior (27/11), e verificou que ocorreu uma melhora significativa no sistema de março até novembro, como: mudança significativa na estrutura física e o fim dos barracos espalhados no pátio; a impressão de que as cantinas serão controladas pelo estado; não há mais lixo e esgoto a céu aberto; qualificação dos agentes voltados para a saúde, tornando-se um passo significativo e diferenciado; construção de uma enfermaria decente; contratação, formação e capacitação dos agentes em saúde, que, inclusive, deve ser modelo para outras situações. Por fim, destacou a escola de formação de chefe de cozinha. Já a Colônia Penal Feminina do Recife, em Bom Pastor, apesar da

superlotação, possui um berçário razoável.

No entanto, observou que ainda persistem problemas sérios no sistema prisional do estado. A Penitenciária Barreto Campelo é um exemplo, sendo marcada pela favelização. O conselheiro argumentou que esta penitenciária deveria ser chamada de campo de concentração. Aliás, ressaltou que, naquele momento, enquanto era realizada a audiência, os presos desta unidade estavam em rebelião. Por isso, perguntou ao secretário se a Penitenciária Barreto Campelo ficaria naquele local (Ilha de Itamaracá) ou seria retirada; e se a transferência dos presos para outro local seria por uma questão humanitária e para lugar melhor ou se por uma questão de mercado, devido à especulação imobiliária na Ilha de Itamaracá por causa da Copa do Mundo. Destacou, ainda, que esta penitenciária é um problema sério para o sistema prisional do estado.

Em seguida, destacou a importância de se buscar o sistema S (SENAI e SEBRAE), por meio de cursos de qualificação para o preso, assim como a utilização de recursos do SUS para o sistema por meio de uma parceria com a Secretaria de Saúde do Estado, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça. Asseverou também que é fundamental conscientizar o empresário, demonstrando que não é caridade se aliar à estrutura prisional, mas uma necessidade; nesse caso, citou como exemplo um projeto de Cuiabá/ MT, que trouxe o empresário para dentro do sistema prisional.

O conselheiro enfatizou que a política de aprisionamento do estado de Pernambuco foge à realidade do Brasil e também ao bom senso, e que a situação é crítica, tendo em vista que prender é barato e fácil, mas soltar é caro e difícil. E afirmou que a política de segurança pública do estado de Pernambuco é equivocada. Em relação à quantidade excessiva de presos provisórios no estado, afirmou que há um problema grave, e que não se encontra na execução penal, e sim no juiz processante; assim, os processos dos presos provisórios não estão em dia. Em decorrência desses problemas, afirmou que, apesar de todos os esforços da equipe da Secretaria Executiva de Ressocialização, esta fica “enxugando gelo”. O conselheiro também reiterou o que havia dito no dia anterior no momento da inspeção, de que o “Pacto Pela Vida” tem pontos importantes, mas sua política de aprisionamento é uma “bomba de efeito retardado” e é a pior do Brasil.

Um caso emblemático citado pelo conselheiro é o do preso Edinaldo, que foi condenado, em 2000, a pena de um ano e meio em regime semiaberto, e ficou quase 10 anos preso e, surpreendentemente, foi encontrado, na inspeção do dia anterior (27/11), preso novamente, e nem sequer foi indenizado pelo Estado; destacou, nesse caso, que é preciso tomar providências, e que abraçará a causa de Edinaldo, pois, se não há compensação de pena, há perdão judicial. Nessa inspeção, afirmou que o conselheiro Lanfredi percebeu que o cartório estava melhor do que março, mas, da forma como está organizado, é impossível tomar as medidas adequadas.

Outro problema grave é a falta de advogados no sistema. Pedro Sérgio insistiu que os 10 advogados do complexo, como a equipe de inspeção foi informada no dia anterior, não são suficientes para atender a demanda. Assim, colocou que se o estado de Pernambuco investisse mais no pessoal do sistema, diminuiria o número de presos. Destacou, nesse caso, que a assistência jurídica é um direito do preso e que, a despeito dos esforços feitos pelo secretário e equipe, a política de aprisionamento é nazista, e citou, como exemplo, o livro “O processo”, de Kafka: o preso não sabe por que está preso. Dessa forma, garantiu que o estado é responsável por esta situação e não traz respostas suficientes; e, por essa razão, indagou que o ponto central é se o número de presos será diminuído em Pernambuco.

O conselheiro asseverou que a estatística mostra que o governo de Pernambuco está combatendo a febre de um paciente que está com câncer, mas não combate o próprio câncer.

Na sua exposição, o secretário Romero Ribeiro buscou apresentar respostas aos questionamentos realizados pelo conselheiro Pedro Sérgio, e, inicialmente, destacou que a audiência era um momento de aprendizagem e agradeceu aos conselheiros, à equipe da SERES, aos peticionários, e aos agentes penitenciários e seu sindicato. Em relação ao cartório da PJALLB, informou que pretende melhorá-lo.

No que se refere à exposição do conselheiro Pedro Sérgio, concordou com todos os pontos colocados, com exceção de suas críticas ao “Pacto Pela Vida”. Assim, repetiu, a exemplo do que já havia feito na conversa no dia anterior na PFDB, que “não se pode tapar o sol com a peneira” e que há duas verdades sobre o agora Complexo do Curado: a superlotação e a nova realidade na gestão, em que a mudança não é só no nome. Destacou vários avanços na unidade, como na limpeza e na equipe de saúde, e ressaltou que não há mais cantinas. Informou que todas as quartas-feiras há reunião na SERES sobre o Complexo do Curado, realizada por um conselho deliberativo. Afirmou que os quase 300 agentes contratados é um número significativo e que estes têm curso de primeiros socorros, trabalhando na segurança, saúde e educação. Outro avanço, segundo o secretário, foi a construção de 03 escolas e de salas de aula, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco; em decorrência dessa parceria, informou que cerca de 7.000 presos estão estudando, correspondendo a um percentual de 30%, sendo que, antes de sua gestão, era de apenas 14%.

Em relação à Penitenciária Barreto Campelo, afirmou que não há investimento na unidade porque a ideia é transferir os presos para Itaquitinga. Só que a obra, uma Parceria Público-Privada, está parada, e a meta é inaugurá-la em julho de 2013. O secretário assegurou que este será considerado o melhor complexo prisional do Brasil.

O secretário concordou com o conselheiro Pedro Sérgio e disse que ainda não há uma parceria com a Secretaria de Saúde, por meio do Sistema Único de Saúde. Nesse ponto, disse, há uma necessidade de melhora. Quanto ao sistema S, destacou que é importante para a questão do trabalho e que há uma proposta de lei por um deputado estadual de reservar 5% de cotas no mercado de trabalho para presos.

Já em relação ao “Pacto Pela Vida”, implementado há 6 anos, enfatizou que este está fundamentado na meritocracia de atingir metas, e que ocorreu, no período 2006-2012, uma diminuição no número de homicídios e uma união das polícias militar e civil. Dessa forma, afirmou que o “Pacto Pela Vida” não é só segurança pública, mas uma articulação entre Defensoria Pública, Poder Judiciário e Ministério Público; é, portanto, uma questão estratégica para o estado de Pernambuco. Como exemplo, disse que, com as patrulhas do bairro, ocorreu uma diminuição de crimes contra o patrimônio.

Em relação ao caso do preso Edinaldo, afirmou que não deve se repetir e que é uma “coisa absurda” do ponto de vista do Estado. E destacou que a gestão atual da SERES substituiu um modelo ultrapassado de metas, objetivos e expediente, por meio de um controle dos regimes do semiaberto (monitoramento eletrônico) e da geração de vagas, por meio de convênios com o DEPEN, mesmo que ainda haja um aumento do déficit, e o aumento do número de agentes penitenciários.

Após a exposição do secretário Romero Ribeiro, o conselheiro Vitore Zílio Maximiano ofereceu dados do sistema carcerário brasileiro (InfoPen/dez/2011), mostrando o aumento de 113% da população

carcerária em 10 anos, enquanto que nos EUA, o país que tem a maior população prisional do mundo, esse aumento foi de apenas 65 a 70%, em 10 anos. Também foram apresentados dados que mostram que os crimes mais graves correspondem a apenas 13% do total de presos, sendo que os homicídios correspondem a 11%; já o roubo e o tráfico correspondem a 60%. Em Pernambuco, segundo os mesmos dados do InfoPen, 57% dos presos são provisórios, acima do percentual nacional. Assim, fez um apelo às autoridades e sociedade civil presentes e diz que, ao lado do “Pacto Pela Vida”, do qual diz não ter muitas informações a respeito, também haja um pacto para conter o encarceramento (muitos dos quais, enquadrados no art. 157 do Código Penal). Também afirmou que o tráfico de drogas apresenta uma situação dramática, principalmente após a instituição da lei de drogas de 2006 (com o seu art. 33), aumentando em 206% o número de presos encarcerados por esse crime em 6 anos (2006-2012), e que aprisiona geralmente o pequeno vendedor. Apesar disso, o conselheiro Vitore Zílio Maximiano afirmou que há mecanismos legais para conter o encarceramento.

O conselheiro Pedro Sérgio fez, em seguida, 3 provocações: 1ª - perguntou se o Estado se comprometia a indenizar o preso Edinaldo ou se passaria novamente a vergonha de ser denunciado na corte internacional; 2ª - se a OAB e Defensoria se comprometiam a indenizar os presos com pena vencida; e 3ª - se o “Pacto Pela Vida” aumentou as escolas de tempo integral. Após essas considerações, teve-se início o “debate”.

Em primeiro lugar, assumiu a tribuna o Dr. Marcellus Ugiette, Promotor da Vara de Execuções Penais do Estado de Pernambuco, que afirmou que não gostaria que se desviasse o foco da discussão, que deve ser sobre as mazelas do sistema prisional. Quanto ao “Pacto Pela Vida”, afirmou que parte do pressuposto de que política de Estado é melhor do que política de governo. O problema, contudo, é a bonificação dos policiais pelo número de prisões. Assim, assegurou que o “Pacto Pela Vida” deve ser qualitativo e não quantitativo; por enquanto, ressaltou, o “Pacto Pela Vida” é a filosofia de encarceramento que se implementou; é perigosa porque peca pelo excesso.

O promotor também se referiu à presença de armas dentro da unidade prisional e a necessidade de nomeação de agentes penitenciários, inclusive agentes femininas (não só os 900 contratados, mas de 4.000). Afirmou, também, que é preciso avançar e que a SERES não tem assistência social, advogado, psicólogo, dentre outros profissionais, que sejam concursados. Em seguida, asseverou que o problema não está só no Aníbal Bruno, mas também em Caruaru, Salgueiro (ambos de condições degradantes) e Palmares. E assegurou que a permanência da figura do “chaveiro”, com nomes diferentes (representante, mesário), se dá por causa da falta de agentes penitenciários. Em relação à droga, afirmou que não existe mais a figura do usuário de drogas, mas a de condenados como traficantes presos com pequenos papétes de maconha ou uma pedra de crack.

O promotor ainda informou que há uma regulamentação do Ministério Público do Estado de Pernambuco que recomenda a não desativação da Penitenciária Barreto Campelo antes da construção de novas unidades penais, por uma questão de dignidade humana. Por último, afirmou que os tentáculos e pernas da Defensoria são pequenos pela demanda apresentada e que é preciso mudar a filosofia de tratamento do preso.

Em segundo, ocorreu a exposição de Paulo Roberto Xavier de Moraes, Secretário Executivo de Justiça e Direitos Humanos do Governo de Pernambuco. O secretário afirmou que a audiência é importante para registrar a discussão em torno do Aníbal Bruno e do sistema prisional como um todo,

destacando que é necessário identificar que há muito a ser feito. Também assegurou que no caso Urso Branco, em 2011, quando o Brasil também foi denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foi proposto um pacto para reverter a situação; e afirmou: para o caso de Pernambuco, será realizado um pacto entre o governo federal e o estadual por meio de um conjunto de medidas para a melhoria do sistema prisional. O secretário asseverou que o pacto federativo tem um impacto ínfimo na distribuição de recursos e que, se houvesse autonomia, o estado de Pernambuco teria mais a fazer se tivesse mais recursos (que ficam confinados no governo federal). Em relação ao “Pacto Pela Vida”, assegurou que se trata de um aprimoramento da gestão e que possui diversos êxitos, sendo que, às vezes, o sistema falha. Quanto às denúncias realizadas, disse que a secretaria toma as devidas providências por meio de sindicâncias.

Em terceiro, falou Deise Benedito, Diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos (SDH/PR), que iniciou sua exposição com uma pequena reflexão/ indagação: quem está atrás das grades? E afirmou: o Estado falhou (em moradia, saúde, educação etc) e aparece apenas no momento da prisão. Por isso, destacou a necessidade de se refletir sobre o perfil das pessoas encarceradas e disse que estas, em sua maioria, são negros, mulheres, analfabetos e semianalfabetos. A diretora também criticou o encarceramento em massa, principalmente daqueles atualmente enquadrados no art. 33 da lei de 2006. E afirmou que o acesso à justiça precisa ser garantido. Além de refletir sobre o perfil do preso, Deise Benedito disse que também é preciso refletir sobre o perfil do funcionário. Ainda indagou se o preso tem noção do que é o regimento interno da unidade. Ora, enfatizou, um Estado que não cumpre o seu papel é ilegítimo para punir. Disse que é preciso entender essas questões para se compreender que não há vocação para a delinquência. A diretora perguntou por que não há aplicação das penas alternativas e das medidas cautelares. Quanto às reuniões na SERES, afirmou que deveriam acontecer nos estabelecimentos penais por meio de uma gestão participativa. Como exemplo, citou o caso da construção da Defensoria Pública em São Paulo, com participação da sociedade civil. Ressaltou, em seguida, que os jogos da Copa darão a oportunidade de utilização de mão de obra, pois muitas empresas se instalarão em Pernambuco; assim, propôs: por que não impor pré-requisitos para as empresas por meio de 10% de vagas para os presos, em vez de 5%, e de isenção fiscal? Ou seja, ampliar de 5 para 10%. E asseverou, por último, que é fundamental na audiência o pacto e esses encaminhamentos.

O conselheiro Pedro Sérgio interferiu rapidamente para destacar a ausência de representantes do poder legislativo (deputados) e do poder judiciário na audiência. Em quarto lugar, assumiu a tribuna Wilma Wladomiro Carvalho de Melo, do Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões (SEMPRI), afirmando que sua fala procura ir além do discurso político e sim por meio do fazer pedagógico (no sentido estabelecido por Paulo Freire). Asseverou que os petionários utilizaram esses mecanismos porque os outros falharam. Assegurou, também, que as medidas cautelares incluíram a família e os funcionários do Complexo Aníbal Bruno.

Wilma Wladomiro ressaltou que a SERES tem se esforçado para resolver essas questões, mas que é difícil administrar devido a problemas inerentes do sistema, como a favelização, a existência de pavilhões (apertadinhos vendidos a preço de ouro) e ausência de espaço suficiente. Por isso, afirmou que nada funciona para o bem dos que estão encarcerados. Apesar da evolução na enfermaria, destacou que dentro dos pavilhões ainda tem gente doente. Em relação ao galpão, enfatizou que é um

espaço em que tudo é improvisado, que não há cela. Destacou, por isso, que é preciso melhorar a dimensão dos direitos humanos. Mas assegurou que não basta dizer que o sistema é horrível, e sim que é preciso mudar a cultura e trazer solução para o problema.

Wilma Wladomiro assegurou que há a necessidade de um protocolo de intenções em que todas as partes signatárias assumam seus compromissos, e não de um pacto. afirmou que há uma banalização da miséria e da tortura no sistema prisional. Mas destacou que a preparação para a visita de inspeção, realizada pela secretaria (SERES), estava maravilhosa. No entanto, relatou acerca da tortura de presos por agentes penitenciários e outros presos; e indagou: quais as providências/ condutas que se têm? O que será feito? Denunciou a existência de presos torturados no Cotel [Centro de Observação Criminológica e Triagem Prof. Everardo Luna] e destacou que as visitas devem propor interferências, pois, se não fizer, seria omissão no campo dos direitos humanos. Também denunciou a existência de celas chapeadas no sistema prisional de Pernambuco. Por fim, apresentou como sugestão a necessidade de fortalecimento do Conselho da Comunidade e que seja realmente reconhecido como órgão da execução penal, tendo liberdade para o exercício de suas funções legais.

O conselheiro Pedro Sérgio, então, realizou uma pergunta para Wilma Wladomiro e para o secretário Romero Ribeiro, relativa à liberdade de fiscalizar. E afirmou que o sistema não pode proibir o uso da máquina fotográfica porque esta é fundamental para o registro de determinados casos, como na violação de direitos humanos. Wilma Wladomiro acrescentou que, depois da denúncia, os petionários não puderam mais entrar no presídio com máquina fotográfica. A resposta do secretário é a de que cumpre o protocolo da Secretaria de Imprensa do Governo, e ofereceu dois exemplos: em visita ao estado de Pernambuco, o deputado Fernando Gabeira queria fotografar os canibais no caso de Garanhuns; depois, o repórter da Rede Globo Caco Barcelos quis fazer uma reportagem e filmar tudo com livre acesso. Em ambos os casos, devido às restrições apresentadas, acabaram “falando mal” do estado de Pernambuco. Mas Wilma Wladomiro questionou por que o CNPCP e equipe puderam usar a máquina na inspeção, e o secretário limitou a dizer que é legalista e cumpre determinações. O conselheiro Pedro Sérgio, então, afirmou que é preciso separar a mídia maledicente das instituições fiscalizadoras, enquanto que o conselheiro Vitore Maximiano falou de uma resolução que será editada pelo CNPCP sobre o uso da máquina fotográfica, a qual respeitará a preservação da imagem (devido o respeito à dignidade humana).

Em quinto, falou Nivaldo de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Agentes e Servidores no Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco. Este leu um texto e sugeriu que os representantes dos servidores acompanhassem a fiscalização; também lamentou sobre a ausência das autoridades na audiência e afirmou que as cantinas foram proibidas no estado por meio de portaria.

Em sexto, assumiu a tribuna Carvalho [parece que também do sindicato dos agentes penitenciários], o qual afirmou que o sindicato não é contra a pessoa do secretário, mas contra a gestão do governo. afirmou que, na audiência, deveriam estar presentes o governador, o secretário da fazenda entre outras autoridades do governo. Relatou acerca da desproporcionalidade de recursos e de estrutura; que Itaquitinga é apenas um exemplo de sucateamento da coisa pública; que o “Pacto Pela Vida” é um plano de Estado, e não há mais cálculo de homicídio no sistema prisional; que o estado criou uma regulamentação sobre o uso do celular, mas não ofereceu um sistema de monitoramento; que o sindicato é um órgão fiscalizador dos servidores; que o Estado maquia a realidade e não toma as

providências necessárias; e que há uma desproporcionalidade entre o número de agentes e o número de unidades penais.

Em sétimo, assumiu a tribuna o pai de um preso no Complexo do Curado, que um discurso emocionante e de forte impacto, e sugeriu ao secretário uma divisão de drogas na unidade e uma fiscalização mais efetiva. Também afirmou que tem que pagar para o traficante para manter seu filho, pois este, preso por tráfico, transitou da maconha para a cocaína e desta para o crack. Disse que o filho deve pagar pelos seus erros, mas ressaltou que é um senhor de 67 anos e que é humilhado na revista (fica pelado); mesmo assim, disse, a droga entra no sistema penitenciário. Dessa forma, denunciou a existência de cachaça na unidade vendida a 20 reais e de maconha vendida na prisão; também denunciou que recebeu mensagem no celular, enviada por um preso, dando o número da conta para depósito. Outra denúncia realizada é a de que a SUSIPE [Superintendência do Sistema Penitenciário] bate nos presos procurando drogas e que os presos oferecem celas por 1.500 reais. O conselheiro Vitore Maximiano o parabenizou por seu “relato lúcido” e sugeriu que apresentasse as informações/denúncias ao Ministério Público para evitar a banalização da violência, com a tomada das providências necessárias (Obs.: o nome também será mantido em sigilo devido à gravidade das denúncias apresentadas).

Em oitavo, falou Margarida, do Conselho de Direitos Humanos do Estado e do Grupo Mulher Maravilhosa, que denunciou a exploração da mão de obra do preso e lamentou que a Secretaria de Direitos Humanos e a Deputada Laura [Laura Gomes/ PSB-PE] sejam omissas. Afirmou também que as condições de trabalho do servidor são precárias.

Em nono, assumiu a tribuna Guacira, missionária de origem judia, que afirmou ter o apoio do diretor do PAMFA e que reconhece os esforços que desempenha para a melhoria do sistema prisional. Disse que vai ao presídio para ajudar e que lamenta o salário baixo do agente penitenciário. Mas ressaltou que sente, quando entra no presídio, um campo de concentração. Denunciou que o uso do pavilhão, do gás e da bola de borracha caracteriza a atuação dos novos agentes. Disse também que não entende como há fiscalização/ revista e entrega de drogas e celular no presídio. Denunciou que no Presídio Frei Damião há tortura no castigo e que foi proibida de entrar no castigo por 02 presos. Além disso, afirmou que há o uso abusivo da força contra a família. Destacou que há viciados (que ela considera doentes) dentro do presídio, sendo que muitos se tornaram dependentes depois que entraram no sistema.

Em décimo, a gerente de saúde da SERES, Adelmá Maria da Rocha, referiu-se à política de saúde no sistema prisional de enfrentamento ao crack e destacou as ações da atual gestão, como o programa de controle e combate à tuberculose, o laboratório de exame, a parceria com Marden [coordenador da Área de Saúde no Sistema Penitenciário e também conselheiro do CNPCP] e o DEPEN. Destacou, também, que a atenção básica é responsabilidade do município, que o sistema é tripartite, e que há exames de média e alta complexidade.

Em décimo primeiro, assumiu a tribuna Leonora, que atua na área de infância e juventude. Em seu discurso, afirmou que tem uma revolta quando se fala do sistema penitenciário e que não entra mais no Aníbal Bruno porque na unidade estão 2 jovens que mataram seu filho. Afirmou que até aquele momento da audiência não se tinha falado da mulher do preso, da criança, do recém-nascido, do adolescente e das filas que suportam para visitar seus familiares. Denunciou a existência de

adolescentes que entram nas unidades penais com carteiras falsificadas para serem exploradas por presos e que há exploração sexual dentro do Aníbal Bruno e outros presídios. Denunciou que para se comprar uma carteira falsificada tem-se um custo de 400 reais, com ligação de presos, agentes penitenciários e militares. Já a carteira oficial custaria 800 reais. Denunciou, também, que a menina “transa” com um preso, mas o nome na carteira é de outro preso. Informou que ocorreu reunião no Ministério Público, mas que a SERES ainda não ofereceu uma resposta ao órgão. Disse, também, que ainda não aconteceu o processo de capacitação dos agentes para a questão da exploração sexual de menores. Dessa forma, as adolescentes, além de receber processo na vara de execução, estão sofrendo ameaças. Além disso, há nos presídios o uso de drogas, e no Cotel as mulheres ficam na fila para transar com presos.

Em décimo segundo, falou o Padre Wilmar Gama, da Pastoral Carcerária e um dos peticionários. Sua primeira preocupação foi com a vida do pai do preso, após o depoimento deste. Também se referiu à rebelião que estava ocorrendo naquele momento na Penitenciária Barreto Campelo e disse que a informação era de que já havia 2 presos mortos. Destacou que, depois da medida cautelar, às vezes é impedido de entrar no Aníbal Bruno. Além disso, tem medo do corporativismo dos agentes penitenciários (não denunciam). Também asseverou que em Pernambuco, o preso que denuncia é visto como problema, e que é clara, nesse caso, a omissão do Estado. Por isso, pediu aos agentes do Presídio Frei Damião presentes na audiência para guardarem sigilo quanto ao depoimento do pai do preso. O conselheiro Vitore Maximiano também pediu cuidado na condução do caso.

Em décimo terceiro, assumiu a tribuna Iratan, também da Pastoral Carcerária, que pediu o cumprimento da Lei de Execução Penal, que, de seu art. 10 ao 27, garante diversas formas de assistência ao preso, sendo esta um dever do Estado. Em função disso, sugeriu o kit preso e disse que este já está previsto na LEP. Assegurou que é necessário criar o Patronato para supervisionar os albergues e prestar assistência ao egresso. Quanto ao Aníbal Bruno, ressalta que fizeram o muro e melhoraram a saúde, mas que são necessários projetos que façam acontecer, pois o DEPEN tem dinheiro para isso.

Em décimo quarto, falou Sílvio, representante dos “aprovados ainda não convocados no concurso para agentes penitenciários PE” (frase na camiseta que vestia). Sílvio afirmou que 2.000 foram aprovados em concurso concorrido cujo edital foi copiado do DEPEN e disse que todos estão à disposição do estado de Pernambuco para atender/ reforçar o sistema. Também falou da ação que vêm desenvolvendo na casa para dependentes químicos “Cristo Liberta” e enfatizou que ainda nem entraram no sistema penitenciário e já fazem esse trabalho. Assim, pediu ao secretário e outras autoridades que olhassem para o caso, pois passaram numa etapa do concurso, mas ainda falta a academia. Por último, questionou: qual o número de efetivo a SERES vai querer?

Em décimo quinto, o agente penitenciário Marcos Ribeiro ou Marcos “Caruaru” informou que há triagem no Cotel, mas não tinha conhecimento do caso relatado por Wilma Wladomiro. Fez, também, um pedido para o secretário: que se fizesse um projeto que tenha um resultado positivo, como o projeto GTAS – Grupo Tático de Apoio à Saúde, produzido por ele e sua equipe.

Por último, assumiu a tribuna Bruno Renato Nascimento Teixeira, Diretor do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, que afirmou que a humilhação da visita e a alimentação de má qualidade ferem os direitos humanos; no caso dos familiares, o atendimento a estes, da forma como

se dá, os tornam apenados; por isso, destacou que é necessária a abolição da revista vexatória. Relatou acerca da necessidade de humanização do sistema e afirmou que a ouvidoria não ouve apenas denúncias e encaminha às autoridades competentes, mas que também sai a campo para sensibilização dos gestores públicos na construção de um novo caminho. Assegurou que o sistema prisional já é, por si próprio, uma violação dos direitos humanos, e que, por isso, é necessária a participação da sociedade civil e dos movimentos na construção coletiva para a emancipação do sistema. Assegurou que não se podem tolerar o corporativismo e violação dos direitos humanos praticados por agentes penitenciários (como os que foram relatados durante a inspeção). Também afirmou que deve ser apurado o caso relatado na audiência pelo pai do preso do Complexo Prisional do Curado. Por fim, afirmou que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República está junto na construção do diálogo para a solução do problema.

O secretário Romero Ribeiro, em suas considerações finais, afirmou que as palavras ditas na audiência serão consideradas para o planejamento da SERES, enquanto o conselheiro Pedro Sérgio disse que acompanhará o estado de Pernambuco, mesmo que já não faça parte da equipe do CNPCP responsável pela inspeção no estado. Por último, o conselheiro Vitore Maximiano afirmou que o que foi relatado na audiência será disponibilizado pelo CNPCP no portal do Ministério da Justiça, por meio de um relatório. Terminou enfatizando novamente a necessidade de se proteger o pai do preso do Complexo Prisional do Curado.

5. Considerações e recomendações

Considerações

Durante a inspeção realizada no PFDB e no PJALLB, a equipe percebeu que ocorreram algumas mudanças no antigo Complexo Aníbal Bruno, sendo que o secretário e servidores da Secretaria Executiva de Ressocialização foram unânimes em afirmar que agora existe o Complexo Prisional do Curado, dividido em 03 unidades penais distintas. Dessa forma, durante a inspeção, verificou-se que a SERES empreendeu diversas ações visando a melhoria do complexo, entre estas:

- 1º - reestruturação da composição da equipe técnica;
- 2º - criação do Grupo Tático de Assistência à Saúde no PJALLB;
- 3º - implantação de um programa de tuberculose;
- 4º - implantação do programa HIV;
- 5º - instalação de enfermaria;
- 6º - construção de escola e salas de aula;
- 7º - instalação de sala de laborterapia;
- 8º - instalação de cozinha; e
- 9º - implantação do Projeto de Inclusão Produtiva, denominado Cozinha Escola.

Convém mencionar que a "SERES em REVISTA", de novembro de 2012, e a apostila contendo material relativo às ações da SERES listam a realização de projetos e programas implementados desde o início de 2011, entre estes:

- 1º - criação da Gerência de Inteligência e Segurança Orgânica (GISO) para conter

- rebeliões, tumultos, motins, tentativas de homicídios e outras mortes violentas;
- 2º - investimento de 6,2 milhões de reais no projeto Cozinha Escola, visando capacitar, inicialmente, 1.200 internos por ano;
- 3º - construção de 34 salas de aula em PVC (prevista até dezembro deste ano), em parceria com a Secretaria Estadual de Educação;
- 4º - contratação de novos agentes penitenciários (cerca de 770 no total, sendo que 300 foram designados para o Complexo Prisional do Curado);
- 5º - criação do Censo Penitenciário de Pernambuco;
- 6º - criação do projeto Tocando em Frente, com aulas de violino e violoncelo na cadeia pública de Saloá, no Agreste, em parceria com o Poder Judiciário e as prefeituras de Saloá e Paratama;
- 7º - implantação de novo cardápio nas unidades penais do estado;
- 8º - realização de ações preventivas de saúde nas unidades penais do estado, em parceria com a Secretaria Estadual e as Secretarias municipais de Saúde;
- 9º - inauguração do Centro de Diagnóstico em Tuberculose no Centro de Observação e Triagem Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima;
- 10º - criação do Grupo Tático de Apoio à Saúde (GTAS) no PJALLB;
- 11º - instalação de Unidade de Produção (pela empresa Rochelle Têxtil) na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima;
- 12º - criação do Centro de Monitoramento de Reeducandos (Cemer);
- 13º - investimento de 175 milhões de reais na construção de 4 unidades penais e ampliação de 3 estabelecimentos;
- 14º - investimento de cerca de 250 milhões de reais na construção, em Itaquitinga, do Centro Integrado de Ressocialização (CIR), em Parceria Público-Privada;
- 15º - implantação do projeto piloto de Alvará de Soltura Eletrônico;
- 16º - instituição de novas carteiras de identificação para esposas, pais e filhos de presos, visando inibir o abuso sexual; e
- 17º - substituição dos presos denominados "chaveiros" por agentes de segurança penitenciária.

Muitos desses programas e projetos foram mencionados pelo Secretário Romero Ribeiro, tanto no diálogo no PFDB quanto na audiência. Contudo, apesar dos esforços da SERES, é necessário considerar que estes não foram suficientes para resolver as mazelas do sistema. Muito do que se viu e ouviu na inspeção, e do que também se ouviu na audiência, revelam que o estado de Pernambuco ainda precisa melhorar significativamente a garantia dos direitos humanos em suas unidades penais.

Cabe lembrar que o "2º Contrainforme dos Representantes" dos beneficiários, de 26/08/2012, busca apresentar novas provas para demonstrar que o Estado brasileiro ainda não teria tomado todas as medidas necessárias para garantir a dignidade das pessoas privadas de liberdade no Aníbal Bruno⁴². Na denúncia, os petionários afirmam que ainda persistiam, no complexo:

1º - "Rebeliões, homicídios e outras mortes violentas" (p. 13), fato negado pela SERES em seu ofício e durante a inspeção; mas, durante a audiência, a Penitenciária Barreto Campelo

⁴² Sabe-se que a SERES respondeu ao 2º contrainforme por meio do Ofício SERES nº 1366/2012, de 23/10/2012, encaminhado à Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, cujas informações seriam importantes e necessárias à produção da resposta à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA).

passava por uma rebelião;

2º - "Tortura, uso ilegal de armas de fogo, penas disciplinares cruéis e arbitrárias e demais abusos contra presos" (p. 26). Nesse caso, a equipe de inspeção recebeu reclamação de presos a respeito de tortura e maus tratos, praticados geralmente nos pavilhões de disciplina;

3º - "Delegação de funções de segurança interna a presos denominados 'chaveiros' e demais alcunhas" (p. 37). Verificou-se, durante a inspeção, que estes ainda permanecem atuando com denominações diferentes; e, durante a audiência, o fato também foi mencionado pelo promotor Marcellus Ugietto;

4º - "Falta de efetivo de agentes de segurança penitenciária" (p. 40), conforme verificado na inspeção e nos diversos depoimentos durante a audiência;

5º - "Denúncia de exploração sexual de adolescentes no Aníbal Bruno" (p. 41), retomado, na audiência, por Leonora, da área da infância e juventude, que acusou o Estado de ser conivente com essa exploração;

6º - "Denúncia de maus tratos a familiares visitantes dos presos" (p. 41); nesse caso, a equipe de inspeção recebeu essa reclamação diretamente dos presos do PFDB e do PJALLB (uso da revista vexatória);

7º - "Falta de monitoramento, investigação e responsabilização" (p. 42);

8º - "Falta de atenção e atendimento médico adequado" [sic] (p. 44). Esse é o ponto que mereceu os melhores elogios, mesmo da petionária Wilma Wladomiro, ainda que ressaltando que há muitos presos precisando de atendimento médico. Mas deve-se também salientar que a equipe de inspeção recebeu reclamação, por parte dos presos, a respeito da falta de atendimento adequado à saúde; há, também, o fato de as equipes médicas não estarem habilitadas ao PNSSP;

9º - "Falta de medidas necessárias para evitar a transmissão de doenças contagiosas, inclusive através da redução substantiva da superlotação" (p. 54). Não houve, como se percebeu, uma redução da superlotação, e sim o contrário. Além disso, como foi relatado para o caso de um detento (com AIDS e tuberculose) no pavilhão de disciplina do PJALLB, este estava em uma cela com outro companheiro.

10º - Ainda destaca-se:

- 10.1 O Complexo do Curado abriga aproximadamente cerca de 5.300 (cinco mil e trezentos presos), sendo a sua quase totalidade de presos provisórios.
- 10.2 Estão sendo implantadas, ainda que de forma precária junto à estrutura física da unidade, de escolas de cozinha, com salas de aula em cada unidade do complexo, para a formação de profissionais de cozinha. A iniciativa é louvável, mas atinge número ainda muito pequeno de presos, que pouco acesso têm à educação e à profissionalização. No mais, a estrutura das salas, bem como dos equipamentos deixam a desejar, visto que as referidas salas são construídas com material removível, semelhante ao material utilizado em divisórias internas, sendo o mesmo que se utiliza em estandes de eventos, o que demonstra a fragilidade do local para contenção dos presos em alguma rebelião, a alta inflamabilidade das salas e mesmo um certo caráter de provisoriedade. As turmas presentes nas salas de aula estavam todas uniformizadas com camisetas novas e recém entregues aos alunos.
- 10.3 Foram retirados os "barracos" externos bem como a retirada da maior parte de cantinas e proibida a comercialização diversificada que havia no presídio;
- 10.4 Foram pintados e restaurados alguns espaços internos, bem como retirado

completamente dos pátios o grande volume de lixo que ali estava depositado;

- 10.5 Foram retirados das unidades parte dos "chaveiros", presos que detinham as chaves dos pavilhões; Estes agora estão no "seguro", pois se transformaram em alvo para os demais presos.
- 10.6 O Fraldário e o espaço infantil existente está desativado, servindo como local de triagem de presos.
- 10.7 Elogiável e digno de ser apontado como um BOA PRÁTICA PRISIONAL a atenção que a área de Saúde tem dado aos presos, com a reforma da enfermaria e o treinamento de uma equipe de agentes especializados na saúde do preso. Observamos que os presos internados estão tendo acompanhamento médico, de enfermeiros, e recebem medicação adequada, e quando o paciente requer tratamento externo como consultas, exame e cirurgias a ele é facultado o tratamento com a devida escolta, qualificada e treinada para entender e solucionar as necessidades do detento.
- 10.8 Apesar destas significativas melhorias, há no Estado de Pernambuco um orquestramento para a morte e para a prisão ilegal a qualquer custo.
- 10.9 O que já se percebia em visitas anteriores foi agora elucidado com o discurso do Ilmo. Sr. Promotor da Execução Penal, presente na audiência pública onde denunciou claramente que no projeto do Governo denominado PACTO PELA VIDA, os policiais civis e militares são gratificados e promovidos em razão do número de prisões que executam, passando assim a prisão, em Pernambuco, para uma esfera quantitativa em detrimento do aspecto qualitativo.
- 10.10 Esta situação fez com que o Estado ultrapassasse a casa de vinte e cinco mil presos, sendo que há cinco anos havia cerca de dezenove mil presos, e neste período de crescimento assustador do número de presos, somente mil vagas foram criadas.
- 10.11 As Varas de Execução e as promotorias respectivas buscam dar bom cumprimento à Lei de Execução Penal, todavia o excessivo número de presos provisório é assustador, algo que ultrapassa sessenta por cento do total de presos mencionados, o que revela uma política altamente aprisionadora e como mencionado na audiência pública, um total desconhecimento do sistema carcerário por parte de juízes e promotores que atuam no processamento de primeiro grau, fato que os tornam coniventes com a gravíssima situação do sistema prisional.

Providências / Recomendações

Dessa forma, considerando: 1º - a necessidade que o Estado brasileiro tem de oferecer respostas à CIDH da OEA em função das medidas cautelares adotadas por esta; 2º - que os petionários propõem um protocolo de intenções e não um pacto, como afirmou Wilma Wladomiro em seu discurso na audiência; 3º - que nem todos os questionamentos realizados foram atendidos pelo estado de Pernambuco e de que ainda persistem denúncias veementes de violação de direitos; e 4º - que as medidas devem ser urgentes e eficazes, recomenda-se:

Ao Governador do Estado de Pernambuco

1. Que apresente indicadores e metas de gestão (curto e longo prazo) fundamentados em políticas de Estado, por meio de um diálogo permanente entre instituições estatais (poderes executivo, legislativo e judiciário) e sociedade civil (incluindo os peticionários);
2. Que apresente uma solução para o grave problema da superlotação carcerária, pois dados do governo do estado indicam que o PJALLB, o PAMFA e o PFDB possuíam, respectivamente, 3.239, 1.372 e 1.349 detentos (nov/2012), perfazendo um total de 5.960 presos no Complexo Prisional do Curado, que tem uma capacidade para apenas 1.513 pessoas⁴³. Cumpre destacar que dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen/DEPEN) registram, em junho de 2012, uma população carcerária de 27.193 pessoas encarceradas no sistema prisional do estado de Pernambuco⁴⁴. Deste total, 16.504 são presos provisórios (60,69%), sendo que 31,44% estavam no Complexo Prisional do Curado (5.189 presos). Em dezembro de 2008, eram 19.800 pessoas presas no sistema penitenciário do estado, sendo 11.243 provisórios (56,78%). Entre esse período, portanto, ocorreu um aumento de 37,33% na população carcerária do estado. A quantidade excessiva de presos provisórios no estado de Pernambuco, nesse caso, tem se revelado drástica;
3. Que apresente, portanto, não apenas uma redução do percentual de encarceramento por meio de um pacto para conter o encarceramento (utilizando os mecanismos legais já existentes), mas que também apresente uma solução para a quantidade excessiva de presos provisórios no estado, repensando o "Pacto Pela Vida", centro da política de encarceramento presente no estado de Pernambuco;
4. Que reveja, também, a questão relativa à bonificação de policiais pelo número de prisões realizadas e qualifique o "Pacto Pela Vida", não como política do encarceramento, mas como política de contenção do encarceramento;
5. Que seja viabilizado um maior número de defensores públicos, suficiente para garantir os direitos dos custodiados e ampliar as ações da Defensoria Pública em todas as fases processuais;
6. Que fortaleça a Defensoria Pública do Estado, com a instituição de Núcleos Jurídicos dentro das unidades penais, para não depender exclusivamente dos mutirões carcerários realizados por esta;
7. Que seja viabilizado concurso público para novos profissionais do sistema prisional do estado como forma de aumentar a equipe técnica (assistentes sociais, advogados, psicólogos, médicos, odontólogos etc) para atendimento das demandas apresentadas, conforme estabelece a Resolução nº 09, de 13 de novembro de 2009, do CNPCP;
8. Que nomeie novos agentes penitenciários, tendo em vista adequar o contingente de agentes penitenciários e o número de presos, conforme também estabelece a Resolução nº 09/2009, do CNPCP, pois o número atual de agentes penitenciários é considerado insuficiente, havendo uma desproporcionalidade não só entre o número de agentes e presos, mas também entre agentes e unidades penais;
9. Que crie a Corregedoria do Sistema Penitenciário, conforme estabelece a meta 04 do Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco;
10. Que qualifique e capacite os agentes de segurança pública (policiais militares e

⁴³ Disponível na apostila contendo material relativo às ações da Secretaria Executiva de Ressocialização.

⁴⁴ Dados do governo de Pernambuco indicam, em 19/11/2012, um total de 26.303 presos no sistema penitenciário do estado em 20 unidades penais de grande e médio porte e 67 cadeias públicas, sendo que seriam 9.392 vagas, gerando, nesse caso, um déficit de 16.911 vagas.

civis) e de segurança penitenciária em cursos de direitos humanos;

11. Que dê uma resposta satisfatória aos problemas das unidades penais da ilha de Itamaracá, principalmente para a questão relativa à transferência dos presos da Penitenciária Barreto Campelo, tendo em vista que há suspeitas de que a retirada dos detentos desta unidade é devido à especulação imobiliária; que invista nesta unidade penal e informe por que a inauguração da penitenciária em Itaquitinga está prevista exatamente para o mês de junho de 2013, mês em que se inicia a Copa das Confederações, sendo Recife uma das cidades-sede;
12. Que informe se o preso **Edinaldo da Silva** Santos foi devidamente indenizado em razão da prisão que lhe foi imposta por tempo superior à pena determinada em sentença penal.

Ao Poder Judiciário do Estado de Pernambuco

1. Que o juiz processante apresente respostas efetivas para os presos provisórios do estado;
2. Que fortaleça o Conselho da Comunidade enquanto órgão da execução penal.
3. Que indique até que pontos acataram as 35 sugestões dadas pelo CNJ em 16 de novembro de 2011 para a melhoria da execução penal em Pernambuco;
4. Que oriente os juízes para utilizarem, quando possível, outros meios de punição, como a aplicação das alternativas penais e das medidas cautelares.

Ao Secretário de Ressocialização Executiva

1. Que apresente um projeto consistente de capacitação para os agentes de segurança penitenciária;
2. Que esclarecer a situação prisional do cidadão Edinaldo da Silva Santos, esclarecendo sobre o início de sua custódia e o término de sua pena atual, bem como a razão que ensejou sua custódia.
3. Que melhore a estrutura administrativa e de pessoal do Complexo do Curado, oferecendo recursos permanentes e mensais ao sistema prisional;
4. Que invista mais recursos em políticas para o sistema prisional como forma de abolir a favelização das unidades penais, melhorando a sua estrutura física (celas, pavilhões etc);
5. Que melhore o cartório do PJALLB para que as medidas de assistência jurídica sejam mais adequadas, e que medidas semelhantes sejam realizadas em outras unidades penais;
6. Que ofereça explicações detalhadas acerca do funcionamento do monitoramento eletrônico para os presos do regime semiaberto, conforme estabelece a Lei nº 12.258/2010;
7. Que a assistência jurídica seja realizada pela Defensoria Pública e não por

- advogados da iniciativa privada, conforme estabelece a Constituição Federal;
8. Que repense a Parceria Público-Privada e a privatização da execução penal, não apenas reconhecendo a falência do modelo prisional, mas apresentando políticas públicas para a resolução do problema, não as delegando para a iniciativa privada;
 9. Que apresente dados de assistência à saúde de forma transparente;
 10. Que amplie a oferta de cuidados em saúde e qualifique as equipes de saúde do Complexo do Curado ao PNSSP, buscando melhorar ainda mais a assistência à saúde nas unidades penais do estado;
 11. Que realize parceria com a Secretaria de Saúde, por meio do Sistema Único de Saúde, como as relativas à realização de ações preventivas de saúde nas unidades penais do estado, em parceria com a Secretaria Estadual e as Secretarias municipais de Saúde;
 12. Que estenda o projeto GTAS para outras unidades penais;
 13. Que busque parceria com o Sistema S (SENAI e SEBRAE), por meio de cursos de qualificação para o preso;
 14. Que dê assistência material aos presos conforme estabelece a LEP;
 15. Que substitua realmente a figura do "chaveiro" das unidades penais do estado;
 16. Que apresente protocolo da Secretaria de Imprensa do Governo relativo à proibição do uso da máquina fotográfica às instituições fiscalizadoras, como a Pastoral Carcerária e o SEMPRI;
 17. Que permita o uso da máquina fotográfica no sistema prisional pelas instituições fiscalizadoras, como o Conselho da Comunidade e a Pastoral Carcerária;
 18. Que dê apoio aos Conselhos da Comunidade como órgãos de controle necessários à execução penal e, mais ainda, previstos em lei (LEP);
 19. Que dialogue com a sociedade civil e os movimentos sociais para que participem das políticas voltadas para o sistema prisional;
 20. Que investigue as diversas denúncias realizadas durante a audiência: 1º - venda de pavilhões e celas no Complexo Prisional do Curado; 2º - tortura praticada por agentes penitenciários (no Complexo Prisional do Curado e no Cotel) com o uso de gás e da bola de borracha, assim como a existência de tortura no castigo do Presídio Frei Damião; 3º - revista vexatória nos familiares dos presos; 4º - celas chapeadas no sistema prisional de Pernambuco; 5º - existência de tráfico de drogas e cachaça dentro das unidades do Complexo Prisional do Curado; 6º - ausência de tratamento adequado para os dependentes químicos; 7º - exploração sexual de adolescentes nas unidades penais; 8º - existência de armas dentro das unidades penais do estado; e 9º - exploração da mão de obra dos presos nas unidades penais;
 21. Que apresente os resultados das sindicâncias ou processos administrativos abertos contra servidores acusados de maus tratos e tortura, dizendo o que foi arquivado e o que foi apurado;
 22. Que reveja a utilização de armamento letal como medida para manutenção da segurança e que estabeleça procedimentos sobre o uso da força e de armas menos letais;
 23. Que interdite/feche o galpão do PJALLB e dê condições dignas para os presos que ali se encontram;
 24. Que investigue a acusação feita pelo preso no pavilhão de disciplina do PJALLB de que agentes levaram 60 reais que o seu pai lhe deu;
 25. Que investigue e realize exame de corpo de delito nos presos do PJALLB que apresentaram marcas no corpo de supostas agressões realizadas pelos agentes;

26. Que veja a solicitação, feita por um preso no PJALLB, de ir para o PAMFA;
27. Que dê atendimento médico necessário ao preso Almir Ramos da Silva (em tratamento para tuberculose e AIDS), que quer ir para a enfermaria, mas que estava no pavilhão de disciplina com outro preso por causa de uma briga;
28. Que dê atendimento médico ao preso Edson da Silva Lima, que exibiu manchas no corpo e disse que precisa de assistência à saúde;
29. Que indique o motivo pelo qual a visita íntima acontece, no PFDB, do sábado às 8h até às 16h do domingo;
30. Que busque instituir uma Portaria abolindo a revista vexatória em suas unidades penais, a exemplo do que já fez os estados do Espírito Santo e Goiás;
31. Que construa um módulo de visita íntima no Complexo Prisional do Curado, conforme recomendação realizada em março pelo CNPCP;
32. Que apresente o motivo da rebelião do dia 28/11 na Penitenciária Barreto Campelo e a quantidade de mortos;
33. Que apresente o regimento interno das unidades do Complexo Prisional do Curado.

Ao Ministério Público do Estado de Pernambuco

1. Que apresente a recomendação do Ministério Público para a não desativação da Penitenciária Barreto Campelo antes da construção de novas unidades penais;
2. Que oriente os promotores da execução penal para utilizarem, quando possível, outros meios de punição, como a aplicação das alternativas penais e das medidas cautelares.
3. Que tome providências relativamente às investigações de fatos supostamente criminosos envolvendo exploração sexual de crianças e adolescentes no complexo do curado e outras unidades prisionais do Estado de Pernambuco.
4. Que investigue supostas ameaças a parentes de presos que denunciam violações da lei de execuções penais naquele Estado.

À Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

1. Que atenda os presos que no PFDB e no PJALLB disseram necessitar de assistência jurídica, a saber: Williams Joaquim, José Francisco Lima de Oliveira, Daniel Tenório Januário Ferreira, Rogério José da Silva e Maciel José da Silva (do PFDB), Rodrigo do Nascimento, Márcio Elias Gomes, Luiz Antônio Cavalcante, Gustavo de Assunção Pereira da Silva, Maxwell Bernardino Lélis de Arruda e Anderson Agostinho de Sousa (do PJALLB);
2. Que realize um mutirão carcerário para atender os presos do Complexo Prisional do Curado que também necessitam de assistência jurídica.

Outros:

1. Oficiar ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, à Corregedoria do Ministério Público do Estado de Pernambuco e à Defensoria Pública Geral do Estado de

Pernambuco, cobrando a urgente implementação de sistema de fiscalização da duração das prisões provisórias no sistema prisional do Estado de Pernambuco, já que se revelam demasiadamente longas e geradoras de tensão nas penitenciárias e outras unidades prisionais do Estado;

6. Registro Fotográfico







